

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010 SUEST/PR

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARANÁ



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Diretoria Executiva

Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação


PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO 2010 SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARANÁ

Apresentação do Relatório de Gestão ao Tribunal de Contas da União devido à prestação de contas anual a que a Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, realizado seguindo as disposições da Instrução Normativa/TCU nº 63/2010, Decisão Normativa/TCU nº 107/2010, Portaria do TCU nº 277/2010 e pela Portaria da Controladoria Geral da União-CGU nº 2.546/2010.

MARÇO 2011

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

Presidência	Presi
Departamento de Administração	Deadm
Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Depin
Serviço de Apoio Administrativo	Serad
Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação	Cgpla
Coordenação de Gestão de Políticas Estratégicas	Cogep
Coordenação de Acompanhamento e Avaliação	Coava
Coordenação de Prestação de Contas de Convênios	Copon
Coordenações Classe A	
Divisão de Recursos Humanos	Direh
Seção de Pagamento	Sapag
Seção de Cadastro	Sacad
Setor de Capacitação	Secap
Divisão de Administração	Diadm
Seção de Execução Orçamentária e Financeira	Saeof
Setor Orçamentário	Soorc
Setor Financeiro	Sofin
Seção de Recursos Logísticos	Salog
Setor de Comunicação	Socom
Setor de Material	Somat
Setor de Transportes	Sotra
Setor de Patrimnio	Sopat
Divisão de Engenharia de Saúde Pública	Diesp
Seção de Análise de Projetos	Sapro
Setor de Acompanhamento e Avaliação	Secav
Distritos Sanitários Especiais Indígenas	Dsei
Seção de Administração	Saadm
Seção de Operação	Saope
Casa de Saúde do Índio	Casai
Divisão de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	Divep

C – ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2010	
Prestações de Contas das AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (EXCETO BANCO CENTRAL E ENTIDADES PÚBLICAS QUE TENHAM CELEBRADO CONTRATO DE GESTÃO)	
ÓRGÃO/ENTIDADE	
RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS (art. 12 e 13, IN/TCU 63/2010)	
LOCALIZAÇÃO (*) (Volume / fls.)	
1. UNIDADE	
I. Rol de responsáveis (art. 10 da IN/TCU 63/2010).	
II. Relatório de Gestão com os conteúdos e formatos estabelecidos pelo TCU na DN nº 107 de 27/10/2010	
III. Relatórios e Pareceres de Órgãos, entidades ou instâncias (AUDITORIA INTERNA)	
LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL
Curitiba, 22 de março de 2010	 Raul Henrique Ribas Macedo Superintendente Estado do Paraná SUEST/PR
2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (CGU)	
VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente	
VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente	
VIII. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente	
LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL
3. ASSESSOR ESPECIAL/SECRETARIO DE CONTROLE INTERNO (MINISTÉRIO DA SAÚDE)	
IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente	
LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

(*) Nos casos em que a UJ não tenha conteúdos objetivos para compor a peça requerida, escrever "não se aplica".

SUMÁRIO

- 1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONDA**
 - 1.1 Identificação da UJ - Relatório de gestão individual
 - 1.2 Qualificação da Superintendência Estadual
- 2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE**
 - 2.1 Responsabilidades institucionais da unidade
 - 2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais
 - 2.3 Execução das subações
 - 2.3.1 Quadro Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ
 - 2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro
 - 2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa
 - 2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes
 - 2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital
 - 2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas
 - 2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
 - 2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa
 - 2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ
 - 2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação
 - 2.4.3 Indicadores Institucionais
- 3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS**
 - 3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
 - 3.2 Análise Crítica
- 4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**
 - 4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores
 - 4.2 Análise Crítica
- 5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE**
 - 5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos
 - 5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas
 - 5.3 Composição do Quadro de Estagiários
 - 5.4 Quadro de custos de recursos humanos
 - 5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
 - 5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos
- 6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS**
 - 6.1 Transferências efetuadas no exercício
 - 6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010
 - 6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios..
 - 6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes
 - 6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse
 - 6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse
 - 6.2 Análise Crítica
- 7. REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG E SICONV**
- 8. DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS**
- 9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ**
 - 9.1 Estrutura de controles internos da UJ
- 10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

- 10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
- 11. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO**
- 11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial
- 12. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)**
- 12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

- 13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO**
- 14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA**
- 15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES DO TCU**
- 15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício
- 15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício
- 15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício
- 15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício
- 16. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**
- 17. INFORMAÇÕES SOBRE COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**
- 18. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS PARTIDÁRIOS**
- 19. EVOLUÇÃO DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS**
- 20. INDICADORES DE DESEMPENHO DO IFES**
- 21. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FIANANCEIRA**
- 22. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES DE EMPRESAS PÚBLICAS**
- 23. CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”**
- 24. INFORMAÇÕES A RESPEITO DA DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS MOBILIÁRIOS**

I - ROL DE RESPONSÁVEIS (ART 10 DA IN/TCU Nº 63/2010)

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN - ROL DE RESPONSÁVEIS EMISSAO: 14/02/2011
ORGAO : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE PAGINA : 001
UG : 255016 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PR REF. : 2010
GESTAO : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG. MAXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 456.462.109-25 - RAUL HENRIQUE RIBAS MACEDO
E-MAIL : RAUL.MACEDO@FUNASA.GOV.BR
ENDERECO : RUA DELEGADO TRINDADE, 294
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 80310-470
CARGO : SUPERINTENDENTE ESTADUAL
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
28/Dez/2009 PT PRE/1615 01/Jan/2010 A 31/Dez/2010
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
29/Dez/2009

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 058.464.658-54 - LUCIENE APARECIDA BAPTISTA SILVEIRA
E-MAIL : LUCIENE.BAPTISTA@SAUDE.GOV.BR
ENDERECO : ADVOCACIA GERAL DA UNIAO
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70000-000
CARGO : SUPERINTENDENTE ESTADUAL - SUBSTITUTO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
05/Jan/2010 PT PRE 008 26/Nov/2010 PT PRE 1645 05/Jan/2010 A 25/Nov/2010
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
06/Jan/2010 29/Nov/2010

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 680.067.487-72 - LUIZ HENRIQUE COELHO BARRETO
E-MAIL : LUIZ.BARRETO@FUNASA.GOV.BR
ENDERECO : RUA PARAIBA, 2837 - VILA GUAIRA
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 80630-000
CARGO : SUPERINTENDENTE ESTADUAL - SUBSTITUTO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
26/Nov/2010 PT PRE 1646 26/Nov/2010 A 31/Dez/2010
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
29/Nov/2010

=====

ENCARREGADO DO SETOR

 **Acaia Lhiar Góes**
Chefe da SAEOF
Substituta

DIRIGENTE DA UNIDADE
Raul Henrique Ribas Macedo
Superintendente
Estadual no Paraná
SUEST/PR

II – RELATÓRIO DE GESTÃO (DN/TCU Nº 10/ DE 27/10/2010)
INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. Identificação da UJ - Relatório de gestão individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: EXECUTIVO			
Órgão de Vinculação: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE			Código SIORG: 2207
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Nacional de Saúde / Superintendência Regional do Paraná			
Denominação abreviada: FUNASA/SUEST/PR			
Código SIORG: 2207		Código LOA: 36211	
Código SIAFI: 255016			
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia e Fundações do Poder Executivo			
Principal Atividade: Promoção de Programas de Saúde; Federal, Estadual e Municipal			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:		41 – 3310-8284	41 – 3310-8285
E-mail: corepr.gab@funasa.gov.br		FAX: 41 – 3232-0935	
Página na Internet: http://www.intranet.funasa.gov/			
Endereço Postal: Rua Candido Lopes, 208 – CEP 80020-060 – Curitiba/PR			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, Decreto nº 100, de 16 de abril de 1991, publicado no D.O U. de 17/04/1991 e retificado no D.O U. de 19 de abril de 1991, e em conformidade com o que dispõe o Decreto nº 4.727, de 09 de junho de 2003, publicado no DOU de 10/06/2003. Portaria nº 1.776, de 08/09/2003 que aprova o Regimento Interno da Funasa, Decreto nº 7.335, de 19 de outubro de 2.010, publicado no DOU em 20/10/2010, seção 1, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Decreto nº 7.336 de 19 de outubro de 2.010, publicado no DOU em 20/10/2010, seção 1, Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Não se aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

1.2. Qualificação da Superintendência Estadual

Nome do Superintendente Estadual	Raul Henrique Ribas Macedo
População do Estado	10.262.737 habitantes
Nº. de Municípios abrangidos pela SUEST	29 com áreas indígenas
População Indígena do Estado	12.968

Distrito Sanitário Especial Indígena

Nome do Dsei	Distrito Sanitário Especial Indígena Litoral Sul
População Indígena abrangida pelo Dsei	8.958
Número de Pólos-Base	03 (no Estado), 13 (no DSEI)
Número de Casai	01 (no Estado), 03 (no DSEI)
Número de Aldeias	43 (no Estado)
Etnias Indígenas	Guarani, Kaingang, Xonkleng, Xeta

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

A Fundação Nacional de Saúde - Funasa, órgão executivo do Ministério da Saúde que atua por meio de unidades descentralizadas – Superintendências Estaduais, em 26 estados, é uma das instituições do Governo Federal responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças. É também a instituição responsável por formular e programar ações de promoção e proteção à saúde relacionada com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

As ações de inclusão social, por meio da saúde, são realizadas com a prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

Na área de Engenharia de Saúde Pública, a Funasa detém a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no país e atua com base em indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sociais.

A Fundação Nacional de Saúde presta apoio técnico e/ou financeiro no combate, controle e redução da mortalidade infantil e da incidência de doenças de veiculação hídrica ou causadas pela falta de saneamento básico e ambiental.

Os investimentos, com visão no meio ambiente, visam intervir na infra-estrutura dos municípios com até 50 mil habitantes, prioritariamente, e nas condições de vida de populações vulneráveis e desguarnecidas.

As diretrizes de atuação das Superintendências Estaduais e a gestão dessas unidades, são fixadas pela Presidência da Funasa, que instituiu por meio da Portaria nº 806, de 6 de junho de 2006, a Carteira de Projetos Estratégicos, elaborada em consonância com o Planejamento Plurianual (PPA), designando responsáveis pelos diversos projetos que consubstanciam o realinhamento institucional da Funasa.

A Superintendência Estadual do Paraná – SUEST PR, por intermédio de sua Divisão de Engenharia de Saúde Pública é responsável pelas atividades de construção, operação e manutenção de 36 sistemas de saneamento, abrangendo a totalidade das aldeias indígenas, regularizadas, no Estado do Paraná. Tal atendimento atende praticamente a totalidade da população existente nas aldeias (até 19/10/2010 – conforme o Decreto 7.336/2010), a análise, acompanhamento e prestação de contas, de mais de 800 convênios de saneamento e resíduos sólidos, com municípios, Governo do Estado do Paraná e associações, nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, melhorias sanitárias domiciliares, coleta e destinação final de resíduos sólidos, planos municipais de saneamento básico e programa de cooperação técnica e administrativa com cerca de 36 unidades municipais e intermunicipais de saneamento.

A DIESP conta com uma equipe de engenheiros e técnicos de saneamento, para o desempenho de suas atividades, localizados na sede, em Curitiba, e em uma unidade avançada em Maringá.

Através do, recém criado, Serviço de Saúde Ambiental, a SUEST procura ampliar a oferta dos serviços de saneamento ambiental nos municípios de pequeno e médio porte, de modo a alcançar as metas do milênio em saneamento e qualidade da água e tornar a Funasa o agente executor nacional de saneamento ambiental;

Outra atribuição da SUEST é o desenvolvimento de ações de educação em saúde no sentido de fomentar e apoiar tecnicamente municípios para a execução de projetos nesta área, implementando e mobilizando núcleos de educação em saúde para difundir às comunidades, inclusive em alguns casos atrelados a termos de convênios (PESMS) com convenentes.

A partir do processo de estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

Assim, a SUEST PR contou, até o advento do Decreto 7.336/2010, em sua estrutura com um Distrito Sanitário Indígena – DSEI com responsabilidade sanitária identificada, articulado com o Sistema Único de Saúde (SUS), composto por equipe necessária para executar as ações de controle social por intermédio dos Conselhos Locais e Distrital de Saúde.

O DISEI Litoral Sul, com sede no estado do Paraná, município de Curitiba, abrange os povos indígenas das áreas litorâneas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, criado através de critérios populacionais, epidemiológicos, principalmente a distribuição demográfica tradicional dos povos indígenas, que especificamente na região sul, os povos guarani, que não coincide necessariamente com os limites de estados e municípios onde estão localizadas as terras indígenas.

As aldeias do estado do Paraná contam com EMSI, composta por médico, enfermeiro, auxiliar ou técnico de enfermagem, odontólogo, agente indígena de saúde – AIS, agente indígena de saneamento – AISAN, segundo critérios populacionais.

No município de Curitiba está localizada a Casa de Saúde Indígena – CASAI que tem como papel, receber e apoiar pacientes e acompanhantes encaminhados pelas aldeias, Pólos Base e DSEI's, em busca de assistência da rede do SUS. As atividades desenvolvidas estão contempladas também os mecanismos de referência e contra referência com a rede do SUS, assistência de enfermagem aos pacientes em recuperação, acompanhamento de pacientes em consultas, exames e internação hospitalar, alojar e fornecer alimentação durante o período de tratamento.

Dentre as responsabilidades da unidade está também o implemento de atividades de educação em saúde no sentido de fomentar e apoiar tecnicamente gestores de comunidades para a execução de projeto de educação em saúde, implementar núcleos de educação em saúde para articular parcerias, bem como capacitar agentes indígenas de saúde e agente indígenas de saneamento. Ainda de forma significativa, cabe ao DISEI, alcançar indicadores de saúde da população indígena compatíveis aos da população não indígena, consolidar o controle social no subsistema de atenção à saúde indígena;

No entanto, o exercício de 2010 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais nessa área, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde. Cabendo então, a Funasa, no período de transição de 180 dias, assegurar o apoio administrativo necessário, para que não ocorra prejuízo das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

Os itens abaixo, não se aplicam a Suest/Pr.

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 2.4 Programação de Despesas Correntes

Não se aplica a esta UJ

As operações de programação de despesas é de responsabilidade da Presidência da Funasa

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro 2.5 Programação de Despesas Capital

Não se aplica a esta UJ

As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Funasa

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro 2.6 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica a esta UJ

As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Funasa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 2.8 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Não se aplica a esta UJ

Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 2.9 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ/

Não se aplica a esta UJ

Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 2.10 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Não se aplica a esta UJ

Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Suest não utiliza Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

6.1. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

A Suest não faz transferências a outros Órgãos ou Unidades

6.2 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

A Suest não faz transferências a outros Órgãos ou Unidades

6.3 Resumos dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

A Suest não faz transferências a outros Órgãos ou Unidades

12. GESTÃO DE TI.

A Suest não tem uma estrutura formal de Tecnologia de Informação. Esta responsabilidade é da competência da Presidência da Funasa

14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

A Suest não executa renúncia tributária, pois a gestão orçamentária e financeira é de responsabilidade da Presidência da Funasa

17. INFORMAÇÕES SOBRE COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, em conformidade com o Anexo II da DN 107 – TCU, Parte A – Conteúdo Geral – Quadro A1 – item C

18. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS PARTIDÁRIOS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, em conformidade com o Anexo II da DN 107 – TCU, Parte A – Conteúdo Geral – Quadro A1 – item C

19. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAIS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, em conformidade com o Anexo II da DN 107 – TCU, Parte A – Conteúdo Geral – Quadro A1 – item C

20. INDICADORES DE EMPENHO DO IFES

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, em conformidade com o Anexo II da DN 107 – TCU, Parte A – Conteúdo Geral – Quadro A1 – item C

21. ANÁLISE DE SITUAÇÃO FINANCEIRA

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, em conformidade com o Anexo II da DN 107 – TCU, Parte A – Conteúdo Geral – Quadro A1 – item C

22. REMUNERAÇÃO PARA ADMINISTRADORES DE EMPRESAS PÚBLICAS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, em conformidade com o Anexo II da DN 107 – TCU, Parte A – Conteúdo Geral – Quadro A1 – item C

23. CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, em conformidade com o Anexo II da DN 107 – TCU, Parte A – Conteúdo Geral – Quadro A1 – item C

24. INFORMAÇÕES A RESPEITO DA DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, em conformidade com o Anexo II da DN 107 – TCU, Parte A – Conteúdo Geral – Quadro A1 – item C

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

No decorrer do exercício financeiro de 2010 a Superintendência Estadual no Paraná deu continuidade às ações previstas no Plano Operacional, cuja supervisão é realizada pela Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação – CGPLA da Funasa.

Com a definição, pela Presidência, de descentralização dos convênios para as Superintendências, desde então, vem ocorrendo gradualmente a transferência de processos para a SUEST/PR e assim impondo as atribuições, nestes casos, de prorrogação de prazo, emissão de termos aditivos e liberação de parcelas, além do que já executava, análise de habilitação e prestação de contas.

Diante do Decreto 7.336/2010, ocorreu instituição de nova missão e a readequação de cargos. Foi criado o Serviço de Saúde Ambiental com missão de formular e implementar ações de promoção à saúde ambiental, controle da qualidade da água para consumo humano oriundas de sistemas de abastecimento público e desenvolvimento de estudos e pesquisas de saúde ambiental.

Foi criado também o Serviço de Convênios, visando definir nas Superintendências o acompanhamento mais próximo dos processos e procedimentos dos convênios no estado, em complementação à descentralização que já vinha sendo realizada.

Com destino ao Ministério da Saúde, foram descentralizados servidores da área de endemias. E ainda para o mesmo local, o Distrito Sanitário Indígena Litoral Sul deixou de vincular-se à SUEST/PR, restando apenas o compromisso de apoio às suas ações durante a transição.

Ocorreram alguns ajustes nas áreas administrativa e de recursos humanos, objetivando uma readequação em função de atuais necessidades.

Por apontamentos em auditorias anteriores, a SUEST/PR procurou reparar alguns pontos críticos, atuando pontualmente nas deficiências. No Setor de Transportes foi feita uma revisão dos controles e definidas algumas ações de acompanhamento efetivo.

Com relação aos convenientes que estão sob gerência da unidade, houve um empenho maior no sentido de orientação e solução de questões pendentes, com contatos diretos e participativos.

No exercício de 2010, procurou-se uma gestão positiva no inter-relacionamento das áreas e uma análise dos procedimentos técnicos e administrativos, visando resultados e execuções mais significativas, mesmo com a imposição de tetos orçamentários que impediram um acompanhamento mais amplo aos convênios no estado.

O Distrito Sanitário Especial Indígena Litoral Sul – DSEI Litoral Sul tem sua sede em Curitiba, estado do Paraná, abrangendo os povos indígenas das áreas litorâneas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foi criado através de critérios populacionais, epidemiológicos, principalmente pela distribuição demográfica tradicional dos povos indígenas, que, especificamente na Região Sul, no caso dos povos Guarani, não coincidem necessariamente com os limites de estados e municípios onde estão localizadas as terras indígenas.

Apesar dessa configuração, por acordo entre os Coordenadores Regionais da época, com o então Presidente da Funasa, desde o ano de 2.000, cada Coordenação Regional é responsável pelos indígenas de seu Estado, independentemente da configuração do Distrito Sanitário.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISEI

O DSEI litoral Sul, no estado do Paraná, conta com um Pólo Base, localizado no município de Paranaguá, dando suporte a uma população de 314 indígenas, distribuídos nas Aldeias de Araça-i, no município de Piraquara; Cerco Grande, em Guaraqueçaba; Pindoty, em Paranaguá; Kakané Porã, em Curitiba; e, Sambaqui, em Pontal do Paraná.

No interior do estado existem dois Pólos Base Administrativos, nas cidades de Guarapuava e Londrina, pertencentes ao DSEI Interior Sul, com sede em Florianópolis, Santa Catarina, atendendo a populações de 9.362 e 3.573 indígenas, respectivamente.

As aldeias do estado do Paraná, segundo critérios populacionais, contam com Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígenas – EMSI, compostas por Médico, Enfermeiro, Auxiliar ou Técnico de Enfermagem, Odontólogo, Agente Indígena de Saúde – AIS e Agente Indígena de Saneamento – AISAN.

Na cidade de Curitiba está localizada a Casa de Saúde Indígena – CASAI que tem como papel receber e apoiar, pacientes e acompanhantes, encaminhados pelas aldeias, Pólos Base e DSEI's de todo o Brasil, em busca de assistência da rede do SUS. Dentre as atividades desenvolvidas também estão contemplados os mecanismos de referência e contra referência com a rede do SUS, assistência de enfermagem aos pacientes em recuperação, acompanhamento de pacientes em consultas, exames e internação hospitalar, alojamento e fornecimento de alimentação durante o período de tratamento.

Objetivos do DSEI:

- Organizar a rede de serviços de saúde para atendimento da população indígena, como integrantes do subsistema do SUS;
- Articular, com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, as referências de média e alta complexidade;
- Apoiar a realização das reuniões dos Conselhos Locais e Distritais de Saúde Indígena – CONDISI;
- Capacitar profissionais de saúde e conselheiros indígenas;
- Reduzir a morbi-mortalidade da população indígena, por meio de medidas, tais como:

DISTRIBUIÇÃO DEMOGRÁFICA DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS POR POLO BASE E ALDEIA DE ABRANGÊNCIA - PARANÁ - 2010

Pólo Base	Aldeia	Nº
GUARAPUAVA	ÁGUA SANTA	88
	ALTO PINHAL	69
	ARVOREDO	27
	BOA VISTA	87
	CAMPINA	626
	CAMPO DO DIA	327
	ENCRUZILHADA	282
	FAXINAL	604
	FAZENDA/CHOPINZINHO	2
	IVAI	1421
	KO'EJU	60
	LEBRE	159
	MARRECAS	530
	MATO BRANCO	55
	OCOY	663
	PAIOL QUEIMADO	125
	PALMAS	557
	PALMEIRINHA	264
	PASSO LISO	348
	PINHAL	310
	RIO DA AREIA	112
	RIO DAS COBRAS	775
	TAQUARA	213
	TEKOHÁ AÑETETE	289
	TEKOHÁ ARAGUAJY	104
	TEKOHA ITAMARA	130
	TEKOHA MARANGATÚ	96
	TEKOHÁ PORÃ	67
	TREVO	634
	VILA NOVA	158
VILA NOVA	180	
LONDRINA	APUCARANINHA	1395
	APUCARANINHA/BARREIRO	69
	BARÃO DE ANTONINA	377
	CEDRO	63
	LARANJINHA	210
	MOCÓCA	163
	PINHALZINHO	160
	POSTO VELHO	72
	QUEIMADAS	454
	SÃO JERÔNIMO	610

PARANAGUÁ	ARAÇA-Í	73
	CERCO GRANDE	35
	PINDOTY	65
	KAKANÉ PORÃ	129
	SAMBAQUI	12

FONTE: SIASI

- ✓ Implementar os Programas de Saúde: da mulher e da criança, DST/AIDS, bucal, Tuberculose e Hanseníase, Malária, imunização, mental, dentre outros preconizados pelo Ministério da Saúde;
- ✓ Fornecer assistência farmacêutica;
- ✓ Executar e monitorar ações de saneamento em áreas indígenas.

Segue, abaixo, tabela da distribuição populacional de indígenas no Paraná e pirâmide populacional, distribuída por Pólo Base:

PIRÂMIDE POPULACIONAL

UF: PR

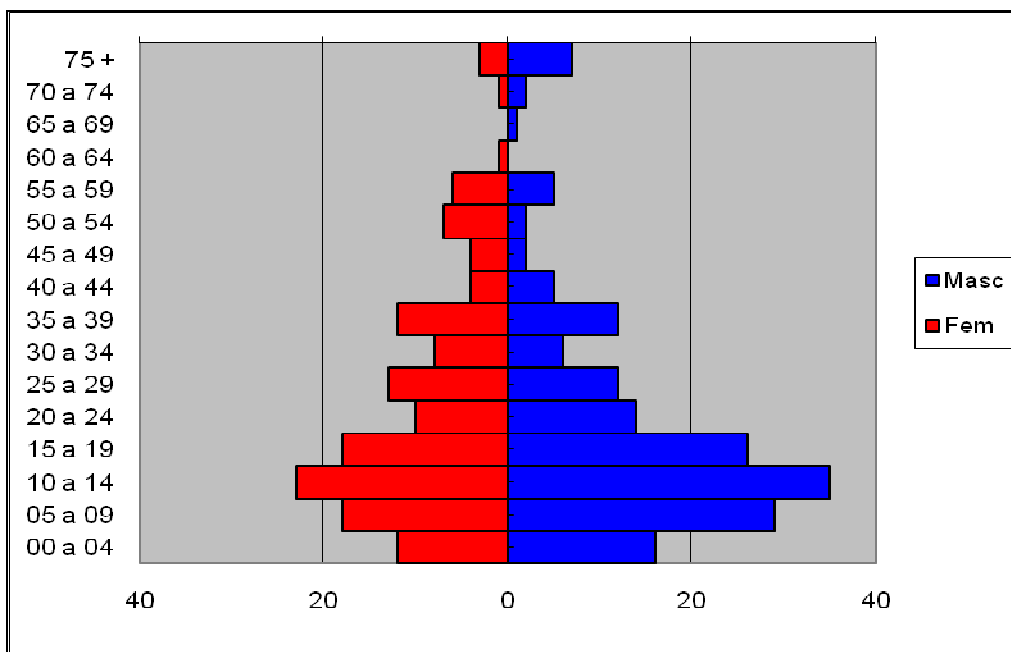
DSEI: LITORAL SUL

PÓLO BASE: PARANAGUÁ

ANO: 2010

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
75 +	7	3	10
70 a 74	2	1	3
65 a 69	1	0	1
60 a 64	0	1	1
55 a 59	5	6	11
50 a 54	2	7	9
45 a 49	2	4	6
40 a 44	5	4	9
35 a 39	12	12	24
30 a 34	6	8	14
25 a 29	12	13	25
20 a 24	14	10	24
15 a 19	26	18	44
10 a 14	35	23	58
05 a 09	29	18	47
00 a 04	16	12	28
Total	174	140	314

Fonte: SIASI – FUNASA/MS, 21/02/2011



PIRÂMIDE POPULACIONAL

UF: PR

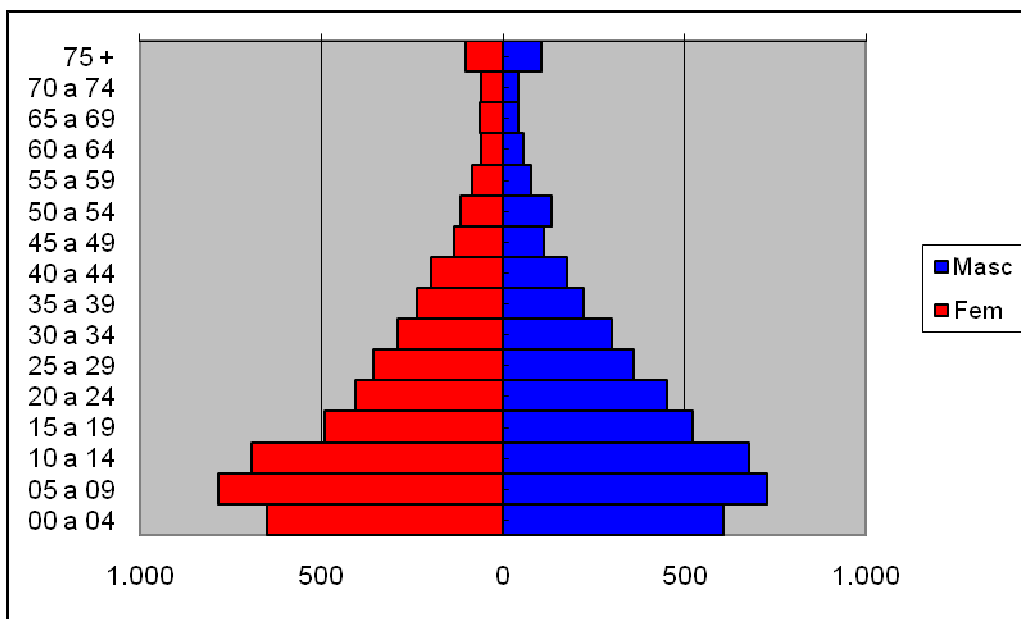
DSEI: LITORAL SUL

PÓLO BASE: GUARAPUAVA

ANO: 2010

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
75 +	106	101	207
70 a 74	43	59	102
65 a 69	42	65	107
60 a 64	57	61	118
55 a 59	79	85	164
50 a 54	135	118	253
45 a 49	113	134	247
40 a 44	177	199	376
35 a 39	224	238	462
30 a 34	302	290	592
25 a 29	361	357	718
20 a 24	452	407	859
15 a 19	523	490	1.013
10 a 14	680	693	1.373
05 a 09	729	784	1.513
00 a 04	607	651	1.258
Total	4630	4.732	9.362

Fonte: SIASI – FUNASA/MS, 21/02/2011



PIRÂMIDE POPULACIONAL

UF: PR

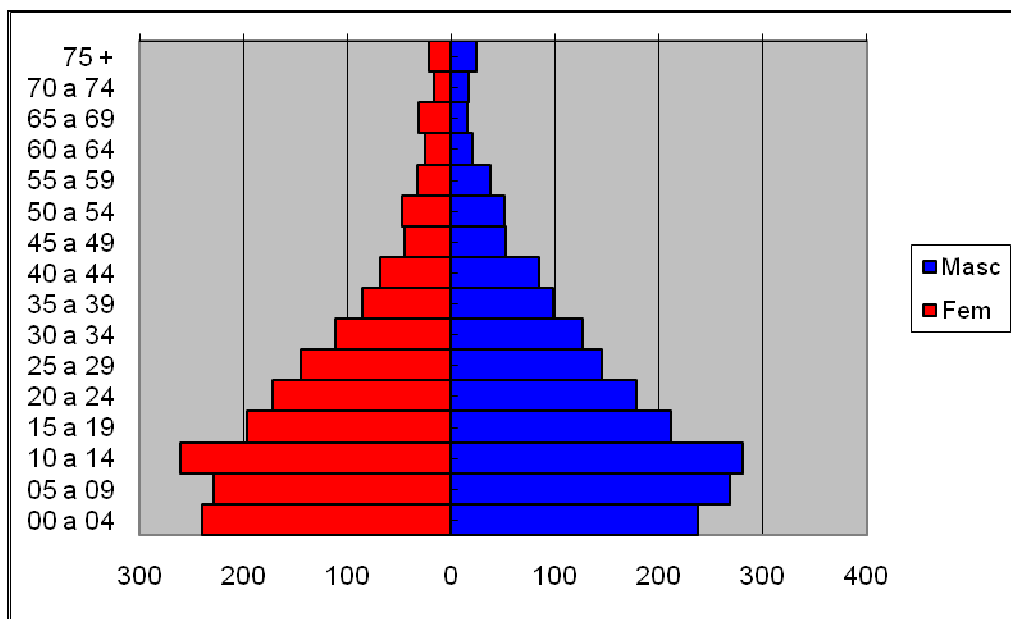
DSEI: LITORAL SUL

PÓLO BASE: LONDRINA

ANO: 2010

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
75 +	24	21	45
70 a 74	17	17	34
65 a 69	16	31	47
60 a 64	21	25	46
55 a 59	38	32	70
50 a 54	51	47	98
45 a 49	52	45	97
40 a 44	84	68	152
35 a 39	98	85	183
30 a 34	127	112	239
25 a 29	145	145	290
20 a 24	178	172	350
15 a 19	211	197	408
10 a 14	281	261	542
05 a 09	268	228	496
00 a 04	237	239	476
Total	1848	1.725	3.573

Fonte: SIASI – FUNASA/MS, 21/02/2011



Por fim, o Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, criou a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI. Assim, as ações de saúde indígena encontram-se em fase de transição, sendo apoiadas pela Funasa até o mês de abril de 2.011.

2.3 Subações sob a responsabilidade da UJ

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0122	Denominação: Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
Gerente: Leodegar da Cunha Tiscoski - Ministério das Cidades	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Público Alvo: População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando à melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
Descrição: Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano					
Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar os municípios com até 50 mil habitantes com as ações voltadas para o controle de qualidade de água para consumo humano.	Município atendido	Unidade	40	40	100%
Apoiar o Centro de Referência em Saneamento Ambiental-Laboratório de Controle em Saneamento Ambiental em Maringá.	Centro de referência apoiado	Unidade	1	1	100%
Apoiar 2 consórcios intermunicipais de saneamento	Consórcio público apoiado	Unidade	2	2	100%

Análise crítica

Ação 20AF – Controle de qualidade de água:

As metas foram cumpridas. As atividades transcorreram normalmente.

Identificação da Ação
Denominação: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).					
Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar os projetos de sistemas de abastecimento de água em municípios de até 50.000 hab enquadrados em 2010 que apresentaram projetos	Projeto analisado	Unidade	2	5	250%
Realizar visitas preliminares de obra dos convênios de 2010 que apresentaram projetos	Visita preliminar realizada	Unidade	2	2	100%
Realizar visitas de acompanhamento de obra dos convênios de 2010	Visitas Realizadas	Unidade	4/0 ^(*)	0	-

Analisar/reanalisar 36 projetos de exercícios anteriores	Projeto analisado	Unidade	36	36	100%
Realizar visitas de acompanhamento dos 153 convênios de exercícios anteriores	Visita realizada	Unidade	153	115	75%

(*) Devido à aprovação da programação de 2010, no final do ano, não houve início de obra em 2010.

Análise crítica

As atividades transcorreram normalmente. No que se refere ao acompanhamento das obras, a meta foi prejudicada, em função da aprovação da Programação ter ocorrido no final de 2010, não havendo tempo hábil para o início das mesmas.

Identificação da Ação
Denominação: 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)					
Meta	Produto	Exercício 2010			
		Unidade de Medida	Programado	Realizado	Realizado /Programado %
Analisados os projetos de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios de até 50.000 hab enquadrados em 2010 que apresentaram projetos.	Projeto analisado	Unidade	0	2	-
Realizadas as visitas preliminares de obra dos convênios de 2010 que apresentaram projetos	Visita preliminar realizada	Unidade	0	0	-
Realizadas as visitas de acompanhamento de obra dos convênios de 2010	Visitas realizadas	Unidade	0	0	-
Analisados/reanalisados 05 projetos de exercícios anteriores	Projeto analisado	Unidade	5	5	100%
Realizadas visitas de acompanhamento dos 65 convênios de exercícios anteriores	Visita realizada	Unidade	65	52	80%

Análise crítica

As atividades transcorreram normalmente. No que se refere ao acompanhamento das obras, a meta foi prejudicada, em função da aprovação da Programação ter ocorrido no final de 2010, não havendo tempo hábil para o início das mesmas.

Identificação da Ação
Denominação: 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes.
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover e apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o fortalecimento institucional dos modelos de gestão dos serviços públicos de saneamento ambiental de estados e municípios.
Descrição: Promoção de intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços de controle de perdas, de fomento à capacitação, de aquisição de equipamentos, de controle de qualidade da produção de água, de elaboração de plano diretor de saneamento, dentre outros. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêem e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 habitantes					
Meta	Produto	Exercício 2010			
		Unidade de Medida	Programado	Realizado	Realizado /Programado %
Apoiar os municípios com até 50.000 hab. na gestão dos sistemas de saneamento básico.	Município Atendido	Unidade	40	36	90%
Apoiar 2 consórcios intermunicipais de saneamento	Consórcio Apoiado	Unidade	2	2	100%

Análise crítica

As metas foram cumpridas. As atividades transcorreram normalmente.

Identificação da subação					
Fomento à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)					
Meta	Produto	Exercício 2010			
		Unidade de Medida	Programado	Realizado	Realizado /Programado %
Apoiar tecnicamente 05 municípios com implantação de Planos Municipais de Saneamento Básico por meio dos NICT.	Município beneficiado	Unidade	5	5	100%
Analisar 05 planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos PMSB	Plano e orçamento analisado	Unidade	5/1 ^(*)	1	20%

^(*) Foi dada entrada em 01 Plano de Trabalho

Análise crítica

O alcance de uma das 2 metas foi prejudicado, em função da aprovação da Programação ter ocorrido no final de 2010, sendo que somente 1 município apresentou a proposta para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Identificação da Ação
Denominação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
Descrição: As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais / comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1- Fomentar, apoiar, assessorar, acompanhar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria de qualidade de vida das populações beneficiadas em 55 municípios contemplados com 132 convênios no Plano de Aceleração e Crescimento – PAC, bem como implantar ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de Saneamento.	Municípios beneficiados	Unidade	55	63	113%
2- Apoiar 244 municípios conveniados com a FUNASA, com a implantação de Ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos Projetos de Saneamento.	Municípios beneficiados	Unidade	244	261	107%

3- Apoiar e Assessorar 95 municípios na implantação dos Núcleos de Educação em Saúde.	Municípios beneficiados	Unidade	55	63	113%
---	-------------------------	---------	----	----	------

Fonte: Plano Operacional da Suest ____/2010

Análise Crítica

- a) **Cumprimento das metas físicas:** Realizadas com êxito, pelos motivos expostos no item letra c.
- b) **Subações que apresentaram problemas de execução:** A falta de um veículo específico da para atender a área, uma vez que se tivéssemos um veículo poderia ter atingido um maior número de municípios com visitas técnicas.
- c) **Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** Os fatores que contribuíram para a superação significativa das metas estabelecidas foram: 1) O acréscimo no número de técnicos na Equipe de Educação em Saúde durante o período de 2010; 2) A disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros pela presidência; 3) A prioridade que o Superintendente Estadual disponibilizou para a área de Educação em Saúde na efetivação das ações educativas junto aos municípios.

Os acompanhamentos, orientações, monitoramentos e assessorias aos municípios ocorreram por meio de visitas técnicas, telefone, via e-mail.

Identificação da Ação
Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.
Descrição: Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Inclui a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação					
Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos					
Analisar os projetos de 2010	Projeto analisado	Unidade	3	3	100%
Realizar as visitas preliminares de 2010	Visita preliminar realizada	Unidade	3	3	100%
Realizar visitas de acompanhamento dos convênios de 2010 aprovados	Visita realizada	Unidade	0	0	-
Analisar projetos de exercícios anteriores	Projeto analisado	Unidade	13	13	100%
Realizar visitas de acompanhamento dos 114 convênios de exercícios anteriores.	Visita realizada	Unidade	114	91	80%

Análise crítica

As atividades transcorreram normalmente. No que se refere ao acompanhamento das obras, a meta foi prejudicada, em função da aprovação da Programação ter ocorrido no final de 2010, não havendo tempo hábil para o início das mesmas.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1287	Denominação: Saneamento Rural
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
Gerente: Faustino Barbosa Lins Filho - Funasa	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos - Funasa
Público Alvo: População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Propiciar resolubilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional da Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da ação					
Denominação: 7656 – Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.					
Analisar os projetos de 2010	Projeto analisado	Unidade	3	3	100%
Realizar as visitas preliminares de 2010	Visita preliminar realizada	Unidade	3	3	100%
Realizar visitas de acompanhamento dos convênios de 2010 aprovados	Visita realizada	Unidade	0	0	-
Realizar visitas de acompanhamento dos 4 convênios de exercícios anteriores (20 localidades).	Visita técnica	Unidade	20/10 ^(*)	10	100%

^(*) Obras iniciadas em 10 localidades.

Análise crítica

As metas foram cumpridas, com exceção no acompanhamento das obras, em função do início das mesmas em parte das localidades programadas. As demais atividades transcorreram normalmente.

Identificação da Ação	
Denominação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	
Tipo de Ação: Projeto	
Finalidade: Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.	
Descrição: Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos	
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação					
Denominação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos					
Beneficiar 34 Aldeias com Saneamento Básico para Controle e Prevenção de Agravos.	Aldeia beneficiada	Unidade	34	35	102%
Acompanhar e fiscalizar a execução de 54 obras e serviços de engenharia nas aldeias indígenas contratadas em 2008 e 2009.	Obra acompanhada	Unidade	54	54	100%
Apoiar e controlar a operação e manutenção de 35 sistemas de abastecimento de água nas 38 aldeias indígenas. (excetuando 6 acampamentos)	Sistema apoiado	Unidade	35	35	100%
Monitorar a qualidade da água nos 35 sistemas de abastecimento de água nas 38 aldeias indígenas. (exceto 6 acampamentos)	Sistema monitorado	Unidade	35	35	100%

Análise Crítica

As metas foram cumpridas. A execução física das obras deverá ocorrer no ano de 2011, conforme habitualmente acontece. Registra-se dificuldades estruturais e de logística da instituição para executar ações operacionais em campo, tais como: quadro funcional e lotações inadequados. Veículos sucateados e outros inadequados.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 8007	Denominação: Resíduos Sólidos Urbanos
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
Objetivos Específicos: Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores	
Gerente: Silvano Silvério da Costa – Ministério do Meio Ambiente	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos - Funasa
Público Alvo: População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 20AM - Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Aumentar a produtividade do processo de coleta e reciclagem de materiais acompanhados do desenvolvimento de atividades educativas, informativas e de comunicação, visando à mobilização dos catadores para a prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pelas condições de trabalho a que estes estão submetidos.
Descrição: A ação de Apoio à Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e será implementada por intermédio das modalidades abaixo relacionadas: a) Implantação, ampliação ou melhoria de Unidades Básicas de Materiais Recicláveis, assistência técnica, aquisição de máquinas, equipamentos e insumos e desenvolvimento institucional; b) Assessoramento tecnicamente aos representantes de empresas públicas, fundações ou organizações não governamentais na elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação					
Denominação: 20AM - Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais					
Analisar os 3 Projeto de catadores selecionados através do Edital de 2009	Projeto analisado	Unidade	3	3	100%
Realizar visitas preliminares	Visita realizada	Unidade	3	3	100%
Realizar visitas de acompanhamento dos convênios aprovados	Visita realizada	Unidade	6/0 ^(*)	0	-

^(*) Não houve início de atividades para o acompanhamento.

Análise crítica

As atividades transcorreram normalmente. No que se refere ao acompanhamento das obras, a meta foi prejudicada, em função da aprovação da Programação ter ocorrido no final de 2010, não havendo tempo hábil para o início das mesmas.

Identificação da Ação	
Denominação: 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).	
Tipo de Ação: Projeto	
Finalidade: Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.	
Descrição: A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos	
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação					
Denominação: 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).					
Analisar os projetos de pleitos de 2010	Projeto analisado	Unidade	6	6	100%
Realizar visitas preliminares de convênios de 2010	Visita preliminar realizada	Unidade	3	3	100%
Realizar visitas de acompanhamento dos convênios 2010	Visita realizada	Unidade	0	0	-
Analisar os projetos de exercícios anteriores	Projeto analisado	Unidade	39	39	100%
Realizar visitas de acompanhamento dos 149 convênios de exercícios anteriores	Visita realizada	Unidade	149	119	80%

Fonte: Plano Operacional da SUEST-PR / 2010

Análise crítica

As atividades transcorreram normalmente. No que se refere ao acompanhamento das obras, a meta foi prejudicada, em função da aprovação da Programação ter ocorrido no final de 2010, não havendo tempo hábil para o início das mesmas.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0150	Denominação: Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista	
Objetivos Específicos: Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral.	
Gerente: Márcio Augusto Freitas de Meira – Ministério da Justiça	Responsável: Wanderley Guenka – Funasa
Público Alvo: Povos Indígenas	

Identificação da Ação
Denominação: 2272 - Gestão e Administração do Programa
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc., produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Wanderley Guenka
Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena (DESAI)

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 3869 - Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar o Subsistema de Atendimento à Saúde Indígena de estrutura física e de equipamentos necessários ao seu funcionamento e modernização.
Descrição: Construção, reforma, ampliação e equipagem de unidades de saúde (postos de saúde, pólos-base e casas de saúde do índio); aquisição de mobiliários em geral e equipamentos como veículos, embarcações, aparelhos de comunicação e demais bens necessários ao funcionamento das unidades.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Wanderley Guenka
Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena (DESAI)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Reformar e realizar manutenção das edificações que compõem a CASAI Curitiba	Unidade de Saúde ampliada, reformada, construída	Unidade	01	0	0%
Reformar e readequar o Pólo Base de Londrina	Unidade de Saúde ampliada, reformada, construída	Unidade	01	0	0%
Reformar e ampliar o Posto de Saúde da Aldeia de Mangueirinha com a readequação para o Pólo Base de Mangueirinha	Unidade de Saúde ampliada, reformada, construída	Unidade	01	0	0%

Reformar e ampliar o Posto de Saúde da Aldeia de Ocoy, em São Miguel do Iguaçu, com a readequação do Pólo Base	Unidade de Saúde ampliada, reformada, construída	Unidade	01	0	0%
Construir o Posto de Saúde da Aldeia Mococa, em Ortigueira	Unidade de Saúde ampliada, reformada, construída	Unidade	01	0	0%
Construir o Posto de Saúde da Aldeia Pindoty, em Paranaguá	Unidade de Saúde ampliada, reformada, construída	Unidade	01	0	0%
Reformar e complementar o Posto de Saúde da Aldeia Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra	Unidade de Saúde ampliada, reformada, construída	Unidade	01	0	0%
Reformar e complementar o Posto de Saúde da Aldeia Laranjinha, em Santa Amélia	Unidade de Saúde ampliada, reformada, construída	Unidade	01	0	0%
Reformar e complementar o Posto de Saúde da Aldeia Queimadas, em Ortigueira	Unidade de Saúde ampliada, reformada, construída	Unidade	01	0	0%
Reformar e complementar o Posto de Saúde da Aldeia São Jerônimo, em São Jerônimo da Serra	Unidade de Saúde ampliada, reformada, construída	Unidade	01	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest ____/2010

Análise Crítica

O valor para a reforma e manutenção das edificações que compõem a CASAI Curitiba foi empenhado em 2010. O processo licitatório foi concluído em 2010 e as obras tiveram início em fevereiro de 2011.

As demais obras não foram realizadas pela demora na elaboração dos projetos, por parte da DIESP.

Identificação da Ação
Denominação: 6140 - Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Combater a desnutrição na população indígena
Descrição: Cadastramento das famílias indígenas no Cadastro Único; dotação extensiva de equipamento adequado para atenção alimentar e nutricional. Fomentar a alimentação saudável de acordo com as especificidades etno - culturais. Contribuir na formulação e implantação das políticas intersetoriais de segurança alimentar, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. Garantir a inclusão das populações indígenas nos instrumentos governamentais visando uma alimentação saudável e compatível com sua cultura.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Wanderley Guenka
Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena (DESAI)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Implementação das Ações de Vigilância Alimentar e Nutricional nas Áreas Indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em 70% das crianças menores de 05 anos no DSEI Litoral Sul – Core PR	Percentual de crianças menores de 5 anos acompanhadas	%	70%	72,1%	103%
Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em 85% das gestantes no DSEI Litoral Sul – Core PR	Percentual de gestantes acompanhadas	%	85%	88%	103%
Implantar ações de DANT no DSEI Litoral Sul – Core PR	Envio do instrumento de coleta de dados	%	05	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest ____/2010

Análise Crítica

Valor orçamentário previsto: R\$50.681,50

Valor orçamentário Executado: R\$0,00

Foram previstas diárias e reuniões para uma funcionária aprovada no Processo Seletivo Simplificado 2010 da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Como no ano de 2010 não foram convocados nenhum dos aprovados para assumir, este recurso não foi utilizado.

As coberturas de acompanhamento do estado nutricional de crianças e gestantes foram alcançadas. Uma cobertura desejável é quando 85% ou mais de determinada população é acompanhada, que foi o caso das gestantes indígenas das aldeias do Estado do Paraná, ficando acima do programado para o ano de 2010, com 88% das gestantes sendo acompanhadas. Esta cobertura alcançada possibilita uma leitura fidedigna da situação do estado nutricional desta fase do ciclo da vida. Em relação à cobertura das crianças indígenas menores que 05 anos de idade, a meta foi alcançada (72,1%), sendo que esta cobertura a é considerada média, mas ainda assim possibilita um reflexo do estado nutricional desta faixa etária.

Para alcançar a meta de implantação das ações de DANT, um dos primeiros passos era a padronização do instrumento de coleta de dados do nível local. Isto não foi possível, pois houve o adiamento da utilização do instrumento nacional, impossibilitando a padronização dos instrumentos, mas as ações continuaram a ser desenvolvidas com o recebimento de dados com o antigo instrumento local de algumas aldeias, e também, houve a supervisão em algumas áreas indígenas.

A meta de cobertura do estado nutricional de 85% foi superada, chegando a alcançar um percentual de 88% da cobertura do estado nutricional das gestantes indígenas do estado do Paraná.

Identificação da Ação
Denominação: 8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas.
Descrição: Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos pólos base e das casas de saúde do índio - CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população

indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: Wanderley Guenka

Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena (DESAI)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Capacitação de Profissionais e Controle Social na Área da Saúde Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar capacitações para Conselheiros Distritais de Saúde Indígena do CONDISI Litoral Sul	Capacitação realizada	Unidade	01	01	100%
Realizar capacitações para Conselheiros Locais de Saúde Indígena do CONDISI Litoral Sul	Capacitação realizada	Unidade	03	03	100%
Realizar reuniões para cada Conselho Local de Saúde Indígena do DSEI Litoral Sul	Reunião realizada	Unidade	07	04	57%
Realizar reuniões para Conselheiros Distritais de Saúde Indígena do CONDISI Litoral Sul	Reunião realizada	Unidade	04	03	75%
Participar no evento anual EXPOEPI	Participação em evento	Unidade	02	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest ___/2010

Análise Crítica

Foram realizadas quatro das sete reuniões programadas, no Pólo Base de Paranaguá, com representantes das Aldeias de Cerco Grande, Araça-i, Pindoty e Sambaqui. A meta não foi cumprida, na totalidade, por não ser permitido pagar diárias aos contratados com recursos da SAS ou pela conveniada Associação Rondon Brasil, impossibilitando, assim, a participação dos Conselheiros.

Em relação à realização das Reuniões do Conselho Distrital de Saúde Indígena, há que se considerar que foram realizadas duas Reuniões do Conselho e uma da Comissão Executiva do Conselho Distrital. A meta não foi cumprida pela mesma razão, já explanada, ou seja, a não possibilidade de pagamento de diárias aos contratados com recursos da SAS.

A não participação no evento EXPOEPI se deve ao fato de incompatibilidade de agenda por parte dos servidores interessados no mesmo.

Identificação da subação					
Denominação: Implementação das Ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil (CMI) indígena em 5%	CMI	Óbitos p/ 1.000 nascidos vivos (n.v.)	37,02 p/ 1000 nv	42,55 p/ 1000nv	115%
Investigar 100% dos óbitos	Óbitos investigados	%	100%	100%	100%

infantis					
Realizar pelo menos 4 consultas de pré-natal em 60% das gestantes	Gestantes com 4 consultas ou mais	%	70%	63,84%	91%
Realizar PCCU em 40% das mulheres na faixa etária de 25 a 59 anos	Mulheres que realizaram exames de PCCU	%	40%	35,92%	90%

Fonte: Plano Operacional da Suest ___/2010

Análise Crítica

A meta proposta referente à investigação de óbitos infantis é nacional, pois está relacionada com o desenvolvimento do milênio, que é a redução de dois terços: a mortalidade em crianças menores de 5 anos entre 1990 a 2015; o pacto pela redução da mortalidade materna e neonatal; o pacto pela vida e, mais recentemente, o Programa Mais Saúde.

A meta de redução do coeficiente do CMI não foi cumprida pelos seguintes fatores: condições de vida da população, principalmente sociais e culturais, em que algumas das causas de óbito é a desnutrição (há carência de alimentos e, mesmo com o fornecimento de cestas básicas por algumas Instituições, ou é insuficiente ou a família não prioriza os mais novos por questões culturais).

Pré-natal: Algumas gestantes iniciam o pré-natal tardiamente, também por questões culturais, não sendo possível a realização de 4 consultas ou mais.

Em relação ao PCCU, o que dificulta o cumprimento das metas é a adesão por parte das mulheres indígenas em realizá-lo.

Identificação da subação					
Denominação: Implantação das Ações de Assistência Farmacêutica para o Subsistema de Saúde Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Garantir o fornecimento dos medicamentos (éticos, similares e genéricos) não padronizados de "A a Z" para atendimento de aviamento das receitas médicas prescritas pela equipe multidisciplinar de saúde indígena e da rede do SUS, para atender a necessidade dos pacientes indígenas em tratamento de saúde de média e alta complexidade, sob jurisdição da CORE-PR	Fornecimento de medicamentos garantidos	Unidade	01	01	100%
Garantir um estoque de medicamentos básicos, para assistência terapêutica da população indígena da CORE-PR	Estoque de medicamentos garantidos	Unidade	01	01	100%
Implementar Ações de Assistência Farmacêutica, para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos	Ações implementadas	Unidade	01	01	100%
Apoiar a implantação do Sistema de Controle de Estoque (SISCOESC) na CORE-PR e nos 03 Pólos Base	Pólos Base com sistema implantado	Unidade	01	01	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest ___/2010

Análise Crítica

Com relação ao contrato com as farmácias nos Municípios que possuem aldeia, foram realizados somente em: Ortigueira, Laranjeiras do Sul, Guapirama, Turvo, Coronel Vivida e

Espigão Alto do Iguaçu. Por este motivo o recurso solicitado não foi utilizado totalmente, pois as demais contratações não foram realizadas devido à falta de adesão dos participantes no pregão eletrônico.

Identificação da subação					
Denominação: Implementação de Ações de Atenção à Saúde Bucal para a População Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Atingir a média de 1,5 procedimentos odontológicos assistenciais básicos	Média de procedimentos alcançada	Média	1,5	1,05	70%
Ampliar, em pelo menos 10%, o número de primeiras consultas odontológicas programáticas	Número de primeiras consultas realizadas	Unidade	1.856	1.897	102%
Ampliar, em pelo menos 10%, a conclusão de tratamento odontológico básico	Número de tratamentos odontológicos básicos concluídos	Unidade	416	399	96%
Ampliar, em pelo menos 10%, a cobertura média de escovação bucal supervisionada	Cobertura de escovação bucal supervisionada alcançada	%	3,48%	4%	115%

Fonte: Plano Operacional da Suest ____/2010

Análise Crítica

A implementação de ações de saúde bucal às populações indígenas no Estado do Paraná, na abrangência dos DSEI Litoral Sul (Pólo Base de Paranaguá) e Interior Sul (Pólos Base de Londrina e Guarapuava) no ano de 2010, foram realizadas em conformidade com as “Diretrizes Para A Atenção À Saúde Bucal nos DSEI’s/FUNASA-MS que, orientam os cirurgiões-dentistas das equipes multiprofissionais de saúde indígena (EMSI) para o planejamento, execução, controle e avaliação das ações e serviços da atenção à saúde bucal voltados à população indígena. Para medir a qualidade da assistência, cobertura da população no acesso às atividades, avaliação, monitoramento da assistência individual e coletiva foram estabelecidos indicadores de saúde bucal (cobertura da primeira consulta odontológica programática, cobertura da ação coletiva, escovação dental supervisionada e média de procedimentos odontológicos básicos individuais) já instituídos pelo Ministério da Saúde em 2006, Portaria 493/GM de 10/03/06, com exceção do indicador “Número de Tratamentos Odontológicos Básicos Concluídos”, que foi definido pela Funasa/Presidência em 2010.

Na sequência será apresentada a organização dos serviços odontológicos e os principais aspectos, no que se refere às ameaças e oportunidades observadas no desenvolvimento das ações de saúde bucal.

É de suma importância descrever sucintamente como se dá a organização da atenção à saúde bucal no Paraná, conforme as Diretrizes de Saúde Bucal, que são as seguintes: realização de ações para o controle de infecção intrabucal que visam à promoção da saúde e à remoção de focos de infecção, compreendendo procedimentos de ação coletiva que constam do levantamento de necessidades para o planejamento das ações nas aldeias; ações de educação em saúde; ação coletiva de escovação supervisionada, aplicação de flúor gel, distribuição trimestral de material para prevenção (escovas dentais, creme dental 90g e fio dental 100m) e de procedimentos clínicos individuais com ações curativas e/ou terapêuticas, executadas pela equipe de saúde bucal, tais como: aplicação terapêutica de flúor gel; controle da placa bacteriana e doença gengival por meio de raspagem, alisamento e polimento supra e subgengival; restaurações dentárias (ionômero de vidro, resina, amálgama e outras); exodontias de decíduos e permanentes; pulpotomias (tratamento endodôntico

preventivo); procedimentos de urgência, entre outros. Faz parte também da atenção à saúde bucal no Paraná a reabilitação funcional e social o fornecimento de próteses dentárias parciais removíveis e próteses totais.

Os indicadores de saúde bucal “Média de Procedimentos Alcançada” e “Número de Tratamentos Odontológicos Básicos” não tiveram suas metas alcançadas, previstas para 2010, devido aos seguintes fatores:

- Aldeias recém-criadas sem estrutura física para a realização da atenção básica e atividades clínicas em saúde bucal, tendo como consequência um decréscimo nos indicadores por conta do aumento do número populacional sem acesso aos serviços;
- Cirurgiões-dentistas contratados com carga horária incompatível com o tamanho da população, sendo aquém do realmente necessário;
- A maioria dos cirurgiões-dentistas das EMSI, trabalha sem a colaboração do Auxiliar de Saúde Bucal, profissional imprescindível para a qualidade da atenção;
- Profissionais não capacitados para trabalhar no contexto intercultural;
- Retorno dos pacientes para a continuidade e conclusão do tratamento odontológico básico, diminuindo a resolutividade na atenção a saúde bucal à população, problema que pode ser solucionado mediante reunião com equipe de saúde, liderança indígena e conselho local de saúde informando a importância do retorno dos pacientes para a continuidade e conclusão do tratamento odontológico básico;
- Atividades de educação em saúde insatisfatórias com o objetivo de orientar a população nas questões de saúde bucal, como: ações de promoção e prevenção em saúde bucal e a necessidade do retorno ao tratamento odontológico possibilitando um maior controle das infecções intra-bucais;
- A atividade de levantamento de necessidades não está sendo priorizada pelos dentistas, imprescindível para a tomada de decisões no planejamento e organização da demanda assistencial;
- Mudanças de cirurgiões-dentistas, ficando algumas aldeias dois ou três meses sem assistência odontológica;
- atendimentos prejudicados temporariamente devido a problemas técnicos nos equipamentos odontológicos;
- Necessidade de reposição de alguns equipamentos inoperantes, como compressor de ar e fotopolimerizador;
- Problemas nos deslocamentos de profissionais às aldeias, devido a problemas mecânicos nos veículos;
- Alcance das metas dos indicadores de saúde bucal (1ª consulta odontológica programática e escovação supervisionada) superando o esperado, embora haja necessidade de ampliação dos valores, proporcionando a melhoria da qualidade da saúde bucal à população indígena, com eficácia;
- Atuação de 23 cirurgiões-dentistas em 19 Unidades de Atenção Básica nas aldeias indígenas dos 03 Pólos Base do Paraná, na atenção à saúde bucal;
- Conclusão na implantação do Módulo de Saúde Bucal no SIASI (Sistema de Informação Para a Atenção à Saúde Indígena) em todas as aldeias onde existe computador, informatizando todos os dados da saúde bucal, gerando relatórios e indicadores que possibilitam o acompanhamento, avaliação e planejamento das ações de saúde bucal. O SIASI Saúde Bucal fornecerá dados epidemiológicos e antropológicos e permitirá uma análise dos aspectos relacionados à qualidade, acesso, produtividade, organização e funcionamento da atenção à saúde bucal;
- Apoio da chefia do DSEI na operacionalização das ações de saúde bucal;
- Supervisão técnica em saúde bucal semestral aos dentistas que trabalham nas aldeias dos 03 Pólos Base do Paraná, com o objetivo de avaliar e acompanhar os trabalhos realizados; identificar algumas necessidades básicas como segurança e ambiente adequado de trabalho; necessidade de apoio logístico; material e de RH, buscando soluções para a superação dos problemas

encontrados;

- Fornecimento regular pelo Convênio Funasa/Associação Rondon Brasil, de materiais odontológicos para os procedimentos clínicos individuais e conserto e manutenção dos equipamentos odontológicos para o bom andamento da atenção à saúde bucal às populações indígenas;
- Fornecimento pela Funasa/Departamento de Saúde Indígena/Brasília, de materiais para prevenção em saúde bucal (escovas dentais, creme dental 90g e fio dental 100m).

Identificação da subação					
Denominação: Implementação das Ações de Prevenção e Controle de DST/HIV/AIDS					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Testar 100% de gestantes para HIV	Gestantes testadas para HIV	%	100%	82,04%	82%
Testar 100% de gestantes para Sífilis	Gestantes testadas para Sífilis	%	100%	80,80%	80%
Realizar sorologia em 100% de gestantes para hepatites virais	Gestantes com sorologia realizada para hepatites virais	%	100%	15,46%	15%
Testar 100% dos indivíduos que apresentarem sintomatologia para AIDS, Tuberculose, Toxoplasmose, Hepatite e Leishmaniose	Indivíduos testados	%	100%	100%	100%
Informar 100% dos casos de HIV, AIDS e Hepatites Virais diagnosticados no SIASI	Casos informados	%	100%	100%	100%
Tratar 100% dos casos de DST diagnosticados por meio da Abordagem Síndrômica	Casos tratados	%	100%	100%	100%
Ampliar em 20% a disponibilização de preservativos	Nº de preservativos disponibilizados	%	100%	100%	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest ____/2010

Análise Crítica

As metas propostas referentes às ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS, que obtiveram sucesso, se devem ao empenho principalmente das Equipes Multidisciplinares de Saúde – EMSI que atuam nas aldeias, com articulação estreita com as Secretarias Municipais de Saúde.

Exames como o teste anti-HIV são sempre oferecidos, cabendo à gestante a opção por fazê-lo ou não. Em relação à sorologia para hepatites virais, cabe à rede de atenção básica do município implantá-la na rotina do pré-natal, não sendo a obrigatoriedade de 100%, o que dificulta o alcance das metas propostas.

Apesar do exame para diagnóstico da Sífilis ser rotina, algumas gestantes iniciam tardiamente o pré-natal ou não o fazem, não sendo possível o cumprimento de 100%.

Identificação da subação					
Denominação: Controle da Malária em Área Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar lâminas de investigação de casos – LIC – em 100% dos casos suspeitos de Malária na Aldeia	% do N° de lâminas realizadas/N° casos suspeitos	%	100%	100%	100%
Encaminhar 100% das LIC ao Laboratório da SMS	% do N° de lâminas encaminhadas ao Laboratório/N° de lâminas coletadas	%	100%	100%	100%
Tratar 100% dos casos confirmados de Malária	% do N° de casos tratados/N° de casos confirmados	%	100%	100%	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest ___/2010

Análise Crítica

A malária em áreas indígenas no estado não apresenta caráter endêmico. Essas áreas são consideradas receptivas pelo fato de haver a presença do vetor e que, na presença de pessoas infectadas, corrobora em surtos da doença. Em 2010 houve a confirmação de 38 casos, que foram acompanhados e tratados.

Em relação à previsão orçamentária, o valor de R\$ 3.186,00 previstos, foram gastos R\$ 2.148,33 para supervisão.

Identificação da subação					
Denominação: Implementação das Ações de Controle da Tuberculose e Hanseníase nas Áreas Indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar busca ativa de sintomáticos respiratórios em 100% das aldeias com registros de casos novos	Aldeias com Busca Ativa de sintomáticos respiratórios realizadas	%	100%	100%	100%
Realizar TODO em 100% dos casos diagnosticados	Casos com TDO realizados	%	13=100%	13=100%	100%
Alcançar 100% de cura dos casos de tuberculose diagnosticados	Cura alcançada de TB	%	100%	06=46,15%	46%

Fonte: Plano Operacional da Suest ___/2010

Análise Crítica

O programa de controle da Tuberculose teve a maioria das metas alcançadas devido à Vigilância dos casos suspeitos, com detecção e tratamento precoce dos casos confirmados.

06 casos encerraram o tratamento por cura; 01 caso foi transferido; 01 caso foi a óbito por outra causa; 05 casos encerrar-se-ão em 2011.

Identificação da subação					
Denominação: Implementação das Ações de Imunização nas Aldeias					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Manter cobertura vacinal de 96% para as vacinas: anti-Pólio oral e tetra valente em menores de 1 ano de idade	% de vacinados nas aldeias indígenas	%	96%	100%	104%
Manter cobertura vacinal na faixa etária de 1 a 4 anos de idade das seguintes vacinas: anti-Hepatite B (VHB) = 100% e Tríplice Viral (TV) = 98%	% de vacinados nas aldeias indígenas	%	VHB=100% e TV=98%	100% 100%	100% 102%
Manter 85% das MIF indígenas com a vacina Dupla Adulto (dT) e Tríplice Viral	% de MIF indígenas vacinadas	%	TV=99% e dT= 100%	TV=99,6% dT=93%	100% 93%
Manter 89% de pessoas com esquema vacinal completo nas aldeias	% de pessoas com esquema vacinal completo	%	89%	94%	105%

Fonte: Plano Operacional da Suest ___/2010

Análise Crítica

A meta referente à vacina dT em Mulheres em Idade Fértil – MIF, sofrem algumas interferências como a ausência na data prevista para realização do reforço, em virtude da sua saída da aldeia para a venda de artesanatos. Vale ressaltar, que a cobertura básica da dT é de 100%.

Identificação da subação					
Denominação: Fortalecimento do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena - SIASI					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Monitorar mensalmente o envio de lotes das Aldeias e Pólos Base com lotes enviados	Aldeias / Pólos Base com lotes enviados	%	100%	100%	100%
Realizar Capacitação para os responsáveis pela alimentação dos dados no SIASI local	Capacitação realizada	Unidade	01	0	0%
Realizar supervisão trimestral nas Aldeias e Pólos Base onde o SIASI está instalado	Supervisão efetuada	%	100%	100%	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest ___/2010

Análise Crítica

A capacitação para os responsáveis pela alimentação dos dados no SIASI local não aconteceu, pela falta de definição de como ficaria o SIASI, na nova versão (4.0 ou não). Essa definição foi considerada como fator determinante para a capacitação.

Identificação da subação					
Denominação: Implementação das Ações de Saúde Mental para as Populações Indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Implementar as Diretrizes da	Diretrizes				

Saúde Mental na CORE-PR	implementadas	Unidade	01	01	100%
Implementar parcerias com Centros Especializados em Saúde Mental	Parcerias firmadas	Unidade	01	01	100%
Manter articulação intersetorial	Articulações realizadas	Unidade	01	01	100%
Realizar oficinas para atualização em Saúde Mental, para enfermeiros das aldeias de abrangência da CORE-PR	Oficinas realizadas	Unidade	01	01	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest ___/2010

Análise crítica

As metas foram alcançadas mais não como previsto, pois não se conseguiu atingir 100% do público alvo em algumas ações, como: Oficina de atualização em saúde mental.

Algumas ações não foram possíveis de ser realizadas com todas as equipes de saúde, por questões de logística e orçamentária, e levando-se também em consideração a reorganização dos serviços – transição institucional.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas conseguiu-se atingir as metas, levando à população indígena qualidade no atendimento a pacientes referenciados em saúde mental em centros especializados. Foi possível também manter articulações intersetórias possibilitando levar a população indígena alvo, as informações, orientações e prevenções referente à “bebida alcoólica e outras drogas”, mantendo parceria com profissionais da área, dando, assim, continuidade aos trabalhos, levando-se em consideração a distância geográfica de cada aldeia.

Custo estimado da sub-ação: R\$ 38.673,00

Valor Gasto em diárias: R\$ 2.581,20

Identificação da subação						
Denominação: Implantação da Vigilância Ambiental/ Fatores Biológicos em Área Indígena						
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010			
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %	
Enviar responsável Técnico designado	Técnico atuando	Unidade	01	01	100%	
Realizar Relatório	Levantamento de dados	Unidade	01	01	100%	

Fonte: Plano Operacional da Suest ___/2010

Análise Crítica

Em 2010 houve a designação de 1 técnico, que realizou avaliação dos dados disponíveis no DSEI de doenças relacionadas a vetores e zoonoses.

Identificação da Ação
Denominação: 8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas.
Descrição: Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos pólos base e das casas de saúde do índio - CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução

de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: Wanderley Guenka

Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena (DESAI)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
1 -Elaborar plano de estratégia de mobilização social para execução de Oficinas em Aldeias Paranaenses para prevenção e controle da Influenza A (H1N1).	Plano Elaborado	Unidade	1	0	0%
2-Beneficiar 03 Aldeias paranaenses com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social na atenção integral a saúde dos Povos Indígenas.	Aldeias Beneficiadas	Unidade	3	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest ___/2010

Análise Crítica

Cumprimento das metas físicas: No produto número 1, o DSEI Litoral Sul elaborou um plano de estratégia para vacinação, atingindo 97,07% da população Indígena, superando assim a meta estabelecida pelo Ministério da Saúde;

a) **Subações que apresentaram problemas de execução:** A falta de um veículo específico para atender a demanda; b) No produto número 2, durante o exercício de 2010, mesmo diante de muitas dificuldades, foram feitas várias tentativas de se realizar as oficinas propostas em 03 Aldeias do então DSEI Litoral Sul, porém das 03 Aldeias, 02 delas; sendo Aldeia de Barão de Antonina e Aldeia de São Jerônimo da Serra, foram feitas 02 reuniões com os técnicos da FUNASA, e para tal foi convidado por meio de Ofício o Prefeito de São Jerônimo da Serra e o mesmo não compareceu e não justificou sua ausência, desta forma prejudicando a realização das Oficinas, pois as mesmas se destinavam ao objeto de Resíduos Sólidos 'lixo', tornando desta forma imprescindível a participação do gestor municipal uma vez que o problema não se restringia somente a um trabalho educativo para consciência do cidadão Indígena, mas também a coleta e o destino final do lixo nas Aldeias.

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

OBS.1: No produto número 1, o DSEI Litoral Sul no Paraná, elaborou um plano de estratégia para vacinação, atingindo 97,07% da população Indígena, superando assim a meta estabelecida pelo Ministério da Saúde;

OBS.2: Informamos também que conforme planilhas enviadas até junho de 2010 a Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde/Ascom, foram desenvolvidas por técnicos da Casai, várias ações educativas relacionadas a saúde junto a população indígena das aldeias de: Rio das

Cobras, Palmas, Pinhal, Pinhalzinho, Queimadas, Mangueirinha, Ivaí, Laranjinha, Faxinal, Fazenda, Ortigueira, Nova Laranjeiras, Ocoy, Chapecó, Rio da Áreia, Barão de Antonina, Marrecas, Apucarantina, Chopezinho, Anxere, Comodoro, Vilhena e Manoel Ribas e nas aldeias de Rio das Cobras e Pinhalzinho foram realizadas ações educativas “em loco”.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0016	Denominação: Gestão da Política de Saúde
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população	
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde.	
Gerente: Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli – Ministério da Saúde	Responsável: Luiz Fernando Beskow – Ministério da Saúde
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEDM)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.	Servidor Capacitado	Unidade	34	53	155,88
	Número de Participação	Unidade	60	113	188,33

Fonte: Plano Operacional da Suest ___/2010

Análise Crítica

Dos recursos disponibilizados no Elemento de despesa 3390-00 no valor de R\$ 104.419,48 foram devolvidos R\$ 51.721,88

Da disponibilidade financeira mencionada não foram remanejados recursos para os

seguintes Elementos de despesa: 3390-30, por não haver sido efetuada nenhuma aquisição de materiais de consumo, sendo que todos os materiais utilizados tanto nas capacitações quanto para suprir as necessidades do Setor foram fornecidos pelo Setor de Material; 339036 por não terem sido programadas no Plano Anual de Capacitação ações de capacitação para colaborador eventual no ano de 2010; 4490-52 não foram efetuadas novas aquisições; 3390-33 a SUEST PR não possui contrato com empresa para fornecimento de passagem terrestre. Sendo que as passagens aéreas são de responsabilidade do SEPAS na Presidência.

Foram remanejados para o Elemento de Despesa 339039 o valor de R\$ 18.621,00. E no Elemento de Despesa 3390-14 R\$33.243,47.

Apesar de ter havido uma boa execução no Elemento de Despesa 3390-14, algumas capacitações não se concretizaram:

1) Curso de Geoprocessamento em Saúde – período 11 a 12 de março de 2010 na cidade de Porto Alegre- RS – Indicada: Hilda Maria Cohen Costa
Comentário: O Processo já continha parecer favorável pela CODER e Portaria de Autorização, mas foi solicitado o cancelamento das passagens e diárias em decorrência da mudança de lotação da Servidora que passou a assumir atividades ligadas ao SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor), haja vista o assunto relacionado ao curso em questão tornar-se irrelevante para suas novas atribuições, não justificando, portanto, sua liberação para participar do referido curso. A Servidora procedeu a devolução dos valores relativos às diárias depositados em sua conta corrente, através de GRU e solicitou também o cancelamento dos bilhetes de passagens aéreas fornecidos pela WEBJET Linhas Aéreas.

2) 1ª Oficina Macrorregional de Capacitação com vistas a elaboração do Plano Operacional das CORES das Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste – período 06 a 07/04/2010 na cidade de Brasília- DF – Indicados: 1) Roseane Batista da Cunha; 2) Paulo dos Santos Camargo; 3) Sônia de Paula Radmoski; 4) David Fernandes Miguel
Comentário: O Secap por várias vezes procedeu a de emissão de PCDP, solicitação e de emissão de bilhetes de passagens e depois providenciou seu respectivo cancelamento em decorrência dos vários adiamentos impostos pelo Nível Central. Os servidores procederam a devolução dos valores referentes ao abono de desembarque através de GRU

3) Curso de capacitação pedagógica para Instrutor – Etapa II – período previsto: 16 a 20 de agosto de 2010 na cidade de Curitiba - PR – Indicadas: Aparecida Goulart, Roseane Batista da Cunha, Mirian Cordeiro M.G.Pereira e Gilberto Leocádio de Souza
Comentário: O Secap havia tomado as providências de reserva de auditório, solicitação e instalação dos equipamentos de informática, indicação das pessoas para participar, mas o curso foi adiado pelo Nível Central para acontecer em data oportuna.

4) Curso básico de orçamento público à distância – período previsto: 2º semestre de 2010 – 30 horas – a distância – Indicada: Acaia Lhais Goes
Comentário: A Servidora indicada iniciou o curso mas não concluiu alegando indisponibilidade de tempo pelo fato da grande carga de trabalho de seu Setor de Lotação. O Secap solicitou pronunciamento e justificativas por escrito, no entanto o setor não se pronunciou.

5) 40ª Assembléia Nacional da ASSEMAE- período 13 a 18 de junho de 2010 na cidade de Uberaba- MG – Indicada: Carlos Ossamu Ogawa
Comentário: O Processo já continha parecer favorável pela CODER e o Secap já havia providenciado a emissão das diárias e do PBS para pagamento da taxa de inscrição; o financeiro havia providenciado a emissão de nota de empenho. No entanto, o Servidor ficou impossibilitado de participar por motivo de doença, procedendo a devolução dos valores relativos às diárias depositados em sua conta corrente, através de GRU. Foi solicitado ao financeiro o cancelamento da nota de empenho e informado o fato a ASSEMAE.

6) Repactuação e Reajuste de contratos – período previsto: 27 a 29 de julho de 2009 na cidade de São Paulo- SP – Indicada: Maira Salete Gemelli
Comentário: O Secap havia providenciado a emissão de PCDP, solicitação de emissão de bilhetes de

passagens e posteriormente providenciou seu respectivo cancelamento em decorrência do adiamento pelo Nível Central, sem nova data prevista, devido as pendências existentes relacionadas a prestação de contas do instrutor A servidora procedeu a devolução dos valores referentes ao recebimento de diárias e abono de desembarque através de GRU.

7) Curso de capacitação no sistema de concessão de diárias e passagens - SCDP – período previsto: 30/08 a 03/09/2010, na cidade de Curitiba - PR – 12 Servidores Indicados
Comentário: O Socap mobilizou os vários setores da CORE para que indicassem os servidores que operacionalizam o Sistema, providenciou a reserva do laboratório de informática e a solicitação de instalação dos equipamentos necessários, sendo que o Setor de Passagem SEPAS informou o adiamento/interrupção do curso por questões funcionais internas daquele Setor.

8) Oficina do Siape Saúde – Exames Periódicos – período previsto: 24 a 26 de novembro de 2010 na cidade de Curitiba - PR – Servidores que desenvolvem atividades ligadas ao SEAIS seriam indicados
Comentário: A Oficina foi adiada para a data de 01 a 03.12.2010 na CORESC e apesar de o Secap Comunicar o Coordenador Regional e, o Chefe da Divisão de Recursos Humanos não houve indicação de nenhum servidor para participar do evento.

9) Capacitações previstas para os que viriam a ser contratados temporariamente através do processo seletivo para o DSEI
Comentário: A contratação não aconteceu e as capacitações previstas não foram realizadas.

Avaliamos como boa execução orçamentária quanto à utilização dos recursos disponibilizados para capacitação, pois foi realizado 49,67% do previsto da meta financeira. No entanto algumas participações não necessitaram de recursos, uma vez que foram realizadas internamente, outras foram realizadas na Escola de Governo e que não geraram gastos e não puderam ser contabilizadas na ação,

Outro fator que contribuiu para que a meta financeira ficasse abaixo do programado é que as capacitações previstas para servidores que seriam contratados temporariamente através do processo seletivo realizado para viabilizar autonomia do DSEI até o final de 2010 - O Chefe e Equipe do DSEI previram quando da elaboração do PAC 2010 a inclusão desses servidores, mas a contratação não ocorreu no decorrer do ano e as capacitações não foram realizadas. Ainda assim, permitiu o alcance da meta física: 188,33% de participações e 158,88% servidores capacitados em relação ao previsto.

No primeiro semestre, houve baixo desempenho, em relação ao segundo semestre. Vários fatores influenciaram tais como:

- indisponibilidade de alguns servidores para participarem por motivo de férias e/ou outros compromissos assumidos no período ou ainda falta de interesse do Servidor ou da chefia imediata em liberá-lo, alegando que os trabalhos sofreriam solução de continuidade.
 - Ausência de contrato firmado com empresa de fornecimento passagem terrestre
- Além do que já foi citado, não foram identificados outros aspectos específicos e/ou relevantes que tenham inviabilizado o alcance da meta estabelecida, pois a maioria das capacitações previstas foram realizadas.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo do Programa: Apoio às Políticas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Não definido	
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
Gerente: Não se aplica	Responsável: Carlos Luiz Barroso Junior - Funasa
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação	
Denominação: 2000 - Administração da Unidade	
Tipo de Ação: Atividade	
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	
Descrição: A atividade padronizada Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração da unidade.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior	
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)	

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 2000 - Administração da Unidade					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
NÃO TEM META FISICA PROGRAMADA	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas	-	-	-	-

2.3.1 Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ

OBS:

A UJ não faz o acompanhamento de execução financeira da Subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
SANEAMENTO AMBIENTAL													
10	512	0122	20AF	A	3	Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano	Apoiar os municípios com até 50 mil habitantes com as ações voltadas para o controle de qualidade de água para consumo humano.	Município atendido	unidade	40	40		
10	512	0122	20AF		2	Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano	Apoiar o Centro de Referência em Saneamento Ambiental-Laboratório de Controle em Saneamento Ambiental em Maringá.	Centro de referência apoiado	unidade	1	1		
10	512	0122	20AF		3	Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano	Apoiar 2 consórcios intermunicipais de saneamento	Consórcio público apoiado	unidade	2	2		
10	512	0122	20AG	A	3	Apoiar tecnicamente 05 municípios com implantação	Município beneficiado	un	unidade	5	5		

						o de Planos Municipais de Saneamento Básico por meio dos NICT.							
10	512	0122	20AG		3	Analisar 05 planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos PMSB	Plano e orçamento analisado	un	unidade	5/1(*)	1		
10	512	0122	20AG	A	3	Município atendido	Município	un	unidade	40	36		
10	512	0122	20AG	A	3	Consórcio apoiado	Consórcio apoiado	un	unidade	2	2		
10	122	0122	2272	A	4	Nº e denominação da Subação			unidade				
10	512	0122	6908	A	3	Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental	1- Fomentar, apoiar, assessorar, acompanhar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria de qualidade de vida das populações beneficiadas em 55 municípios contemplados com 132 convênios no Aplanamento de Aceleração e Crescimento – PAC, bem como implantar ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de Saneamento.	Município beneficiado	unidade	55	63		

10	512	0122	6908	A	3	Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental	2- Apoiar 244 municípios conveniados com a FUNASA, com a implantação de Ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos Projetos de Saneamento. implantar ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de Saneamento. 3- Apoiar E Assessorar 95 municípios na implantação dos Núcleos de Educação em Saúde.	Município beneficiado	Unidade	244	261		
								Município beneficiado	unidade	55	63		
10	512	122	7652	P	1	Implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para prevenção e Controle de Agravos	Analisados os pleitos de implantação de melhorias sanitárias domiciliares em municípios de até 50.000 hab enquadrados em 2010 que apresentaram projetos	Projeto analisado	unidade	3	31		
10	512	122	7652			Implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para prevenção e	Realizadas as visitas preliminares de obra dos convênios de 2010 que apresentaram projetos	Visita preliminar realizada	unidade	3	3		

						Controle de Agravos							
10	512	122	7652			Implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para prevenção e Controle de Agravos	Realizadas as visitas de acompanhamento de obras dos convênios de 2010	Visitas realizadas	unidade	0	0		
10	512	122	7652			Implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para prevenção e Controle de Agravos	Analisados/reanalisados os 13 projetos de exercícios anteriores	Projeto analisado	unidade	13	13		
10	512	122	7652			Implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para prevenção e Controle de Agravos	Realizadas visitas de acompanhamento dos 114 convênios de exercícios anteriores	Visitas realizadas	unidade	114	91		
10	512	122	10GD	P	1	1	Analisados os projetos de sistemas de abastecimento de água em municípios de até 50.000 hab enquadrados em 2010 que apresentaram projetos	Projeto analisado	unidade	2	5		
			10GD			2	Realizadas as visitas preliminares de obra dos convênios de 2010 que apresentaram projetos	Visita preliminar realizada	unidade	2	2		

			10GD			3	Realizadas as visitas de acompanhamento de obra dos convênios de 2010	Visitas realizadas	unidade	4/0(*)	0		
			10GD			4	Analisados/reanalizados 36 projetos de exercícios anteriores	Projeto analisado	unidade	36	36		
			10GD			5	Realizadas visitas de acompanhamento dos 153 convênios de exercícios anteriores	Visitas realizadas	unidade	153	153		
10	512	122	10GE	P	1	1	Analisados os projetos de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios de até 50.000 hab enquadrados em 2010 que apresentaram projetos.	Projeto analisado	unidade	0	2		
			10GE			2	Realizadas as visitas preliminares de obra dos convênios de 2010 que apresentaram projetos	Visita preliminar realizada	unidade	0	0		
			10GE			3	Realizadas as visitas de acompanhamento de obra dos convênios de 2010	Visitas realizadas	unidade	0	0		
			10GE			4	Analisados/reanalizados 05 projetos de exercícios anteriores	Projeto analisado	unidade	5	5		
			10GE			5	Realizadas visitas de acompanhamento dos 65 convênios de exercícios anteriores	Visitas realizadas	unidade	65	52		
10	511	1287	7656	P	1	Implantação, Aplicação ou Melhoria do serviço de Saneamento em Áreas	Analisar os projetos de saneamento em áreas especiais, de 2010	Projeto analisado	unidade	3	3		

						Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2500 hab. para Prevenção e Controle de Agravos							
10	511	1287	7656	P	1	Implantação, Aplicação ou Melhoria do serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades	Realizar visitas preliminares de convênios 2010	Visitas realizadas	unidade	3	3		

						com população inferior a 2500 hab. para Prevenção e Controle de Agravos							
10	511	1287	7656	P	1	Implantação, Aplicação ou Melhoria do serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2500 hab. para Prevenção e Controle de Agravos	Realizar visitas de acompanhamento dos convênios 2010	Visitas realizadas	unidade	0	0		
10	511	1287	7656	P	1	Implantação, Aplicação ou Melhoria do serviço de Saneamento	Realizar visitas de acompanhamento dos convênios de exercícios anteriores	Visitas realizadas	unidade	20/10 (*)	10		

						o em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2500 hab. para Prevenção e Controle de Agravos							
10	511	1287	7684	P	1	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos.	Beneficiar 34 Aldeias com Saneamento Básico para Controle e Prevenção de Agravos.	Aldeia beneficiada	unidade.	34	35		
10	511	1287	7684	P	1	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos.	Acompanhar e fiscalizar a execução de 54 obras e serviços de engenharia nas aldeias indígenas contratadas em 2008 e 2009.	Obra acompanhada	unidade.	54	54		
10	511	1287	7684	P	1	Saneamento	Apoiar e controlar a	Sistema	unidade.	35	35		

						o Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos.	operação e manutenção de 35 sistemas de abastecimento de água nas 38 aldeias indígenas. (excetuando 6 acampamentos)	apoiado					
10	511	1287	7684	P	1	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos.	Monitorar a qualidade da água nos 35 sistemas de abastecimento de água nas 38 aldeias indígenas. (exceto 6 acampamentos)	Sistema monitorado	unidade.	35	35		
10	511	1287	10LP	P	1	Nº e denominação da Subação							
10	512	8007	10GG	P	3	Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas	Analisar os projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50.000 hab	Projeto analisado	unidade	6	6		

						de Desenvolvi mento Econômico.							
10	512	8007	10GG	P	3	Implantaçã o e Melhorias de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolita nas ou Regiões Integradas de Desenvolvi mento Econômico.	Realizar visitas preliminares de convênios de 2010	Visita preliminar realizada	unidade	3	3		
10	512	8007	10GG	P	3	Implantaçã o e Melhorias de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 hab., exclusive	Realizar visitas acompanhamento convênios 2010	de dos Visita realizada	unidade	0	0		

						de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.							
10	512	8007	10GG	P	3	Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.	Analisar os projetos de exercícios anteriores	Projeto analisado	unidade	39	39		
10	512	8007	10GG	P	3	Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em	Realizar visitas de acompanhamento dos 149 convênios de exercícios anteriores	Visita realizada	unidade	149	119		

						Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.								
10	512	8007	20AM	A	3	Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materias.	Analisar os 3 Projeto de catadores selecionados através do Edital de 2009	Projeto analisado	unidade	3	3			
10	512	8007	20AM	A	3	Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materias.	Realizar visitas preliminares	Visita realizada	unidade	3	3			
10	512	8007	20AM	A	3	Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materias.	Realizar visitas de acompanhamento dos convênios aprovados	Visita realizada	unidade	6/0(*)	0			
SANEAMENTO INDÍGENA														
10	122	0150	2272	A	3	Nº e denominação da								

						Subação												
10	302	150	3869	P	3	Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento da Saúde Indígena	Ampliar, reformar e construir Unidades de Saúde para atendimento à População Indígena	Unidades Saúde reformada ampliada construída	unidade	10	0							
10	423	0150	6140	A	3	Implantação das ações de vigilância alimentar e nutricional das áreas indígenas	1 – Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em 70% das crianças menores de 05 anos no DSEI Litoral Sul 2 – Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em 85% das gestantes no DSEI Litoral Sul 3 – Implantar ações de DANT no DSEI Litoral Sul	DSEI com cobertura alcançada DSEI com cobertura alcançada Ações implantadas	Percentual e crianças menores de 05 anos acompanhadas Percentual de gestantes acompanhadas Envio do instrumento de coleta de dados	70%	72,1%	85%	88%	5	0			
10	512	0150	8743	A	3	Promoção de Educação em Saúde dos Povos Indígenas	1- Elaborar plano de estratégia de mobilização social para execução de Oficinas em Aldeias Paranaenses para prevenção e controle da Influenza A (H1N1).	01 Plano Elaborado	unidade	1	0							
10	512	0150	8743	A	3	Promoção de	2- Beneficiar 03 Aldeias paranaenses com ações de	Aldeias										

						Educação em Saúde dos Povos Indígenas	Educação em Saúde e Mobilização Social na atenção integral a saúde dos Povos Indígenas	Beneficiadas	unidade	3	0		
10	512	0150	8743	A	3	Capacitação de profissionais e controle social na área da saúde indígena	<p>1 – Promover a participação de profissionais que atuam na área da saúde indígena e conselhos do DSEI Litoral Sul, em eventos de capacitação</p> <p>2 – Apoiar a realização de reuniões de controle social para Conselheiros Locais de Saúde Indígena na área de abrangência do DSEI Litoral Sul</p> <p>3 – Promover a realização de reuniões de controle social para Conselheiros Distritais de Saúde Indígena na área de abrangência do DSEI Litoral Sul</p>	<p>Participação em evento</p> <p>Reunião realizada</p> <p>Reunião realizada</p>	<p>Unidade</p> <p>Unidade</p> <p>Unidade</p>	<p>02</p> <p>07</p> <p>04</p>	<p>0</p> <p>04</p> <p>03</p>		
10	512	0150	8743	A	3	Implementação das ações de atenção integral à	1-Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil(CMI) indígena em 5%	CMI	Óbitos/mil nascidos vivos	37,02	42,55		

						saúde da mulher e da criança indígena	2 – Investigar 100% dos óbitos infantis 3 – Realizar pelo menos 4 consultas de pré-natal em 60% das gestantes 4 – Realizar PCCU em 40% das mulheres na faixa etária de 25 a 59 anos	Óbitos investigados Gestantes com 4 consultas ou mais Mulheres que realizaram exames	% % %	100% 70% 40%	100% 63,48% 35,92%		
10	512	0150	8743	A		Implantação das ações de assistência	1 - Garantir o fornecimento dos medicamentos (éticos, similares e genéricos) não padronizados de “A a Z” para atendimento de aviãoamento das receitas médicas prescritas pela equipe multidisciplinar de saúde indígena e da rede do SUS, para atender a necessidade dos pacientes	Fornecimento de medicamentos garantidos	Unidade	01	01		

						<p>farmacêutica para o subsistema de saúde indígena</p> <p>indígenas em tratamento de saúde de média e alta complexidade, sob jurisdição da CORE-PR</p> <p>2 - Garantir um estoque de medicamentos básicos, para assistência terapêutica da população indígena da CORE-PR</p> <p>3 - Implementar as Ações de Assistência Farmacêutica, para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos</p> <p>4 - Apoiar a implantação do Sistema de Controle de Estoque (SISCOESC) na CORE-PR e nos 03 Pólos Base</p>	<p>Estoque de medicamentos garantido</p> <p>Ações implementadas</p> <p>Pólo Base com sistema implantado</p>	<p>Unidade</p> <p>Unidade</p> <p>Unidade</p>	<p>01</p> <p>01</p> <p>01</p>	<p>01</p> <p>01</p> <p>01</p>		
10	512	0150	8743	A	<p>Implementação de ações de atenção à saúde bucal para a população indígena</p>	<p>1 - Atingir a média de 1,5 procedimentos odontológicos assistenciais básicos</p> <p>2 - Ampliar, em pelo menos 10%, o número de primeiras consultas odontológicas programáticas</p> <p>3 - Ampliar, em pelo menos 10%, a conclusão de tratamento odontológico básico</p>	<p>Média de procedimentos alcançada</p> <p>Número de primeiras consultas realizadas</p> <p>Número de tratamentos odontológicos concluídos</p>	<p>Média de procedimentos</p> <p>Número de primeiras consultas realizadas</p> <p>Número de tratamentos concluídos</p>	<p>1,5</p> <p>1,856</p> <p>416</p>	<p>1,05</p> <p>1,897</p> <p>399</p>		

							4 - Ampliar, em pelo menos 10%, a cobertura média de escovação bucal supervisionada	Cobertura de escovação bucal supervisionada alcançada	Cobertura média de escovação bucal supervisionada	3,48%	4%		
10	512	0150	8743	A		Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS	<p>1 – Testar 100% de gestantes para HIV</p> <p>2 – Testar 100% de gestantes para Sífilis</p> <p>3 – Realizar sorologia em 100% de gestantes para hepatites virais</p> <p>4- Testar pelo menos 60% dos parceiros das gestantes para HIV/Sífilis e HV</p> <p>5 – Testar 100% dos indivíduos que apresentarem sintomatologia para AIDS, Tuberculose (TB), Toxoplasmose, Hepatite e Leishmaniose</p> <p>6 – Infomar 100% dos casos de HIV, AIDS e Hepatites virais diagnosticados no SIASI</p>	<p>Gestantes testadas para HIV</p> <p>Gestantes testadas para Sífilis</p> <p>Gestantes com sorologia realizada para Hepatites virais</p> <p>Parceiros testados</p> <p>Indivíduos testados</p> <p>Casos informados</p>	<p>%</p> <p>%</p> <p>%</p> <p>%</p> <p>%</p> <p>%</p>	<p>100%</p> <p>100%</p> <p>100%</p> <p>100%</p> <p>100%</p> <p>100%</p>	<p>82,04%</p> <p>80,80%</p> <p>15,46%</p> <p>100%</p> <p>100%</p> <p>100%</p>		

						7 – Tratar 100% dos casos de DST diagnosticados por meio de abordagem síndrômica	Casos tratados	%	100%	100%		
						8 – Ampliar em 20% a disponibilização de preservativos	Número de preservativos disponibilizados	%	100%	100%		
10	512	0150	8743	A	Controle de Malária em área indígena	1 - Realizar lâminas de investigação de casos – LIC – em 100% dos casos suspeitos de Malária na Aldeia	Coleta de lâminas examinadas	% do N° de lâminas realizadas /N° casos suspeitos	100%	100%		
						2 - Encaminhar 100% das LIC ao Laboratório da SMS	LIC encaminhadas ao Laboratório da SMS	% do N° de lâminas encaminhadas ao Laboratório / N° de lâminas coletadas	100%	100%		
						3 - Tratar 100% dos casos confirmados de Malária	Casos confirmados tratados	% do N° de casos tratados/ N° de casos confirmados	100%	100%		
10	512	0150	8743	A	Implementaç	1 - Realizar busca ativa de sintomáticos respiratórios em 100% das aldeias com registros de casos novos	Aldeias com Busca Ativa de sintomáticos respiratórios	%	100%	100%		

						ção das ações de controle da Tuberculose e Hanseníase nas áreas indígenas	2 - Realizar TODO em 100% dos casos diagnosticados 3 - Alcançar 100% de cura dos casos de tuberculose diagnosticados	realizadas Casos com TDO realizados Cura alcançada de TB	% %	100% 100%	100% 100%		
10	512	0150	8743	A	Implementação das ações de imunização nas aldeias	1 - Manter cobertura vacinal de 96% para as vacinas: anti-Pólio oral e tetra valente em menores de 1 ano de idade 2 - Manter cobertura vacinal na faixa etária de 1 a 4 anos de idade das seguintes vacinas: anti-Hepatite B (VHB) = 100% e Tríplice Viral (TV) = 98% 3 - Manter 85% das MIF indígenas com a vacina Dupla Adulto (dT) e Tríplice Viral 4 - Manter 89% de pessoas com esquema vacinal completo nas aldeias	% de vacinados nas aldeias indígenas % de vacinados nas aldeias indígenas % de MIF indígenas vacinadas % de pessoas com esquema vacinal completo	% % %	96% VHB= 100% TV= 98% TV= 99% DT= 100% 89%	100% VHB= 100% TV= 100% TV= 99,6% DT= 93% 94%			

10	512	0150	8743	A		Fortalecimento do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena - SIASI	<p>1 - Monitorar mensalmente o envio de lotes das Aldeias e Pólos Base</p> <p>2 - Realizar Capacitação para os responsáveis pela alimentação dos dados no SIASI local</p> <p>3 - Realizar supervisão trimestral nas Aldeias e Pólos Base onde o SIASI está instalado</p>	<p>Aldeias / Pólos Base com lotes enviados</p> <p>Capacitação realizada</p> <p>Supervisão efetuada</p>	<p>%</p> <p>Unidade</p> <p>%</p>	<p>100%</p> <p>01</p> <p>100%</p>	<p>100%</p> <p>01</p> <p>100%</p>		
10	512	0150	8743	A		Implementação das ações de saúde mental para as populações indígenas	<p>1 - Implementar as Diretrizes da Saúde Mental na CORE-PR</p> <p>2 - Implementar parcerias com Centros Especializados em Saúde Mental</p> <p>3 - Manter articulação intersetorial</p> <p>4 - Realizar oficinas para atualização em Saúde Mental, para enfermeiros das aldeias de abrangência da CORE-PR</p>	<p>Diretrizes implementadas</p> <p>Parcerias firmadas</p> <p>Articulações realizadas</p> <p>Oficinas realizadas</p>	<p>Unidade</p> <p>Unidade</p> <p>Unidade</p> <p>Unidade</p>	<p>01</p> <p>01</p> <p>01</p> <p>01</p>	<p>01</p> <p>01</p> <p>01</p> <p>01</p>		
10	512	0150	8743	A		Implantação da vigilância ambiental/fatores biológicos em área indígena	<p>1 - Enviar Responsável Técnico designado</p> <p>2 - Realizar Relatório</p>	<p>Técnico atuando</p> <p>Levantamento de dados</p>	<p>Unidade</p> <p>Unidade</p>	<p>01</p> <p>01</p>	<p>01</p> <p>01</p>		

GESTÃO													
10	128	0016	4572	A	3	Capacitação de Servidores Públicos e Processo de Qualificação e Requalificação	Capacitar Servidores Públicos Federais da Funasa da SUEST/PR	Servidor Capacitado	Unidade	34	53		
10	128	0016	4572	A	3	Participação de Servidores Público Federais em Eventos de Capacitação	Promover a participação de Servidores Públicos Federais em eventos de capacitação	Participação em evento	Unidade	60	113		

Fonte: PlamSUS

A UJ não faz o acompanhamento da execução financeira da Subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro 2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundação Nacional da Saúde	36211	255000

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 2.4 - Programação de Despesas Correntes

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

As operações de programação de despesas é de responsabilidade da Presidência da Funasa

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro 2.5 Programação de Despesas Capital

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

As operações de programação de despesas é de responsabilidade da Presidência da Funasa

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro 2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

As operações de programação de despesas é de responsabilidade da Presidência da Funasa

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

INTERNA

Grupo de Despesa	Programa de Trabalho	Provisão Recebida	
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	09272008901810001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	26.312,39
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10122015020000001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	15.468,23
1 Total			41.780,62
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10122012222720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	707.245,48
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10122015022720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	373.532,04
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10122075020000001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	1.305.731,78
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10122128722720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	529.373,07
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10128001645720001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL	52.695,60
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10131128746410001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL	6.216,57
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10423015087430001	PROMOCAO, VIGILANCIA, PROTECAO E RECUPERACAO DA SAUDE INDIGENA - NACIONAL	2.807.188,68
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10512012220AG0001	APOIO A GESTAO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS DE ATE 50.000 HABITANTES - NACIONAL	26.169,76
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10541012269080001	FOMENTO A EDUCACAO EM SAUDE VOLTADA PARA O SANEAMENTO AMBIENTAL - NACIONAL	12.447,05
3 Total			5.820.600,03
4 INVESTIMENTOS	10122075020000001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	95,00
4 INVESTIMENTOS	10302015038690001	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE SAUDE PARA ATENDIMENTO A POPULACAO INDIGENA - NACIONAL	277.261,80
4 INVESTIMENTOS	10511128776840001	SANEAMENTO BASICO EM ALDEIAS INDIGENAS PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS - NACIONAL	733.715,06
4 INVESTIMENTOS	10512012220AG0001	APOIO A GESTAO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS DE ATE 50.000 HABITANTES - NACIONAL	8.784,87
4 Total			1.019.856,73
Total geral			6.882.237,38

EXTERNA

Grupo de Despesa	Programa de Trabalho	Créditos Recebidos 2b	
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10304128961380001	VIGILANCIA SANITARIA EM PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRASE RECINTOS ALFANDEGADOS - NACIONAL	90.558,76
3 Total			90.558,76
Total geral			90.558,76

Grupo de Despesa	Programa de Trabalho	Créditos Recebidos 2b	
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10122075020000001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	190.445,41
3 Total			190.445,41
Total geral			190.445,41

Análise Crítica

Os créditos orçamentários recebidos foram utilizados na sua totalidade visando à realização das metas conforme definido pelas áreas, porém as descentralizações deram-se com pequenas discrepâncias entre os grupos de despesas, onde definiu-se pelo histórico da Unidade, e não pelas necessidades atuais da gestão.

Vale ressaltar que os recursos geridos impactaram em ações positivas na melhoria da UJ e conseqüentemente de alguma forma, no atendimento da sua missão.

No final do exercício a Suest encontrou relativa dificuldade em atender algumas necessidades da Unidade, porém com a movimentação externa recebida, também no final do ano, em função do rateio das despesas condominiais, foram efetivados empenhos e suas liquidações. Ainda ao final de 2010, houve pequena morosidade em quitar alguns empenhos em função de momentânea falta de disponibilidades financeiras.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ/

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Diárias – Internas - 2009

Natureza da Despesa Detalhada		Valores Pagos	Empenhos liquidados
33901414	DIARIAS NO PAIS	380.468,12	380.468,12
33901414 Total		380.468,12	380.468,12
33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	176.765,58	176.765,58
33903602 Total		176.765,58	176.765,58
Total geral		557.233,70	557.233,70

Diárias – Internas - 2010

Natureza da Despesa Detalhada		Valores Pagos	Empenhos liquidados
33901414	DIARIAS NO PAIS	514.990,59	514.990,59
33901414 Total		514.990,59	514.990,59
33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	193.804,30	193.804,30
33903602 Total		193.804,30	193.804,30
Total geral		708.794,89	708.794,89

Diárias – Externa - 2010

Natureza da Despesa Detalhada		Empenho Liquidado	Valores Pagos
33901414	DIARIAS NO PAIS	3.460,69	3.460,69
33901414 Total		3.460,69	3.460,69
33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	2.306,90	2.306,90
33903602 Total		2.306,90	2.306,90
Total geral		5.767,59	5.767,59

Diária – Interna – Pessoal - 2009

Não houve movimentação Interna de Pessoal

Diária – Interna – Pessoal - 2010

Não houve movimentação Interna de Pessoal

Modalidade de Licitação Externa - 2009

Não houve licitação no ano de 2009

Modalidade de Licitação Externa - 2010

Modalidade de Licitação		Empenhos por NE	Valores Pagos	RP Não Processados Inscrição	Empenhos liquidados
06	Dispensa de licitação	3.053,00	3.053,00		3.053,00
06 Total		3.053,00	3.053,00	0,00	3.053,00
07	Inexigível	49.699,72	49.351,28	348,44	49.351,28
07 Total		49.699,72	49.351,28	348,44	49.351,28
08	Não se aplica	7.020,07	7.020,07		7.020,07
08 Total		7.020,07	7.020,07	0,00	7.020,07
12	Pregão	220.209,16	187.162,34	33.046,82	187.162,34
12 Total		220.209,16	187.162,34	33.046,82	187.162,34
Total geral		279.981,95	246.586,69	33.395,26	246.586,69

Modalidade de Licitação Interna - 2009

Modalidade de Licitação		Valores Pagos	Empenhos liquidados
03	Tomada de preço	472.740,71	472.740,71
06	Dispensa de licitação	172.205,78	172.205,78
07	Inexigível	599.306,48	599.306,48
08	Não se aplica	737.616,91	737.616,91
09	Suprimento de fundos	30.277,47	30.277,47
12	Pregão	3.329.283,31	3.356.884,00
Total		5.341.430,66	5.369.031,35

Modalidade de Licitação Interna - 2010

Modalidade de Licitação		Valores Pagos	Empenhos liquidados
02	Convite	14.200,00	14.200,00
03	Tomada de preço	46.068,42	46.068,42
06	Dispensa de licitação	67.405,77	67.405,77
07	Inexigível	581.111,91	581.111,91
08	Não se aplica	830.892,20	830.892,20
09	Suprimento de fundos	28.949,21	28.949,21
12	Pregão	3.504.412,74	3.508.541,24
Total		5.073.040,25	5.077.168,75

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação**2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação****Quadro 2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação**

Não houve movimentação de despesas externas correntes no ano de 2009

Quadro 2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Não houve movimentação externa de despesas de capital no ano de 2009

Outras Despesas Correntes no ano de 2010 - Externa

Grupo de Despesa		Elemento de Despesa		Empenhos por NE	Valores Pagos	RP Não Processados Inscrição	Empenhos liquidados
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.460,69	3.460,69		3.460,69
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30	MATERIAL DE CONSUMO	47.214,68	47.214,68		47.214,68
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	2.306,90	2.306,90		2.306,90
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	226.607,93	193.212,67	33.395,26	193.212,67
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	391,75	391,75		391,75
3 Total				279.981,95	246.586,69	33.395,26	246.586,69
Total geral				279.981,95	246.586,69	33.395,26	246.586,69

Outras Despesas Capital no ano de 2010 - Interna

Grupo de Despesa		Elemento de Despesa		Empenhos por NE	Valores Pagos	RP Não Processados Inscrição	Empenhos liquidados
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	514.990,59	514.990,59		514.990,59
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30	MATERIAL DE CONSUMO	665.612,17	527.037,89	137.654,28	527.957,89
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.077.729,03	1.035.672,21	42.056,82	1.035.672,21
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	193.804,30	193.804,30		193.804,30
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	838.409,78	689.596,35	148.813,43	689.596,35
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.415.351,02	1.951.412,28	460.730,24	1.954.620,78

3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	13.477,68	12.154,23	1.323,45	12.154,23
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	92.809,93	92.809,93		92.809,93
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	8.415,53	8.415,53		8.415,53
3 Total				5.820.600,03	5.025.893,31	790.578,22	5.030.021,81
4	INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	892.889,27	43.644,06	849.245,21	43.644,06
4	INVESTIMENTOS	52	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	126.967,46	3.502,88	123.464,58	3.502,88
4 Total				1.019.856,73	47.146,94	972.709,79	47.146,94
Total geral				6.840.456,76	5.073.040,25	1.763.288,01	5.077.168,75

Análise Crítica

A Suest no exercício de 2010, em função do contingenciamento orçamentário, viu-se obrigada a procurar formas que pudessem atender a todos os programas definidos, de forma que estes não sofressem grandes reduções em suas execuções, mesmo assim, em alguns casos verificou-se que a indisponibilidade orçamentária prejudicou em partes alguns acompanhamentos de convênios e procedimentos em geral.

Os processos objeto de descentralizações orçamentárias foram executados ou em alguns casos, os programas ainda encontram-se em execução, o que geraram restos a pagar, em função de obras ainda não encerradas.

A redução de descentralização de créditos orçamentários gerou um obstáculo para as visitas técnicas e principalmente impactou no atendimento dos programas do PAC, assim como em outras ações, impondo uma execução pouco abaixo do programado de atividades para a Suest/PR.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Indicadores da área de comunicação e educação em saúde

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Percentual de TC com projetos de Educação em Saúde e mobilização social	Verificar a adesão dos municípios às ações de educação em saúde e mobilização social	$\frac{\text{Nº de TC com projetos de educação em saúde}}{\text{Total de TC celebrados}} \times 100$	63X100/132 =47,7	Eficácia	SIGOB Cgcon Equipes de educação em saúde das Core e Presi	Consulta aos TC/PAC e relatórios do SIGOB	Ascom Suest			47,7%

Indicadores de saúde indígena

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009
Percentual de Pessoas com Esquema vacinal completo	Verificar o percentual de pessoas com esquema vacinal completo para sua faixa etária.	$\frac{\text{Nº de pessoas com esquema vacinal completo}}{\text{Total da população indígena no período}} \times 100$	12.037/12.822 x 100= 94,00	Eficácia	Siasi	Consolidação das informações do Siasi	Desai Suest Dsei	89%

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009
Média percentual de crianças indígenas menores de 5 anos com acompanhamento do estado nutricional	Aferir o acompanhamento do estado nutricional de crianças indígenas menores de 5 anos	$\frac{\text{Somatório \% de cobertura mensal (*)}}{\text{(nº meses com acompanhamento)}} \times 100$ $(*) \frac{\text{Nº de crianças < 5 anos acompanhadas no mês}}{\text{Total de crianças < 5 anos no mês}} \times 100$	$71,6\%+68,9\%+69,7\%+70,7\%+77,3\%+68,3\%+63,7\%+76,6\%+72,7\%+74,7\%+70,7\%+80,5\%/12=72,1\%$	Eficácia	Sisvan	Consolidação das informações do Sisvan	Desai Suest Dsei	58,5%
Média percentual de gestantes indígenas com acompanhamento do estado nutricional	Aferir o acompanhamento do estado nutricional das gestantes indígenas	$\frac{\text{Somatório \% de cobertura mensal (*)}}{\text{(nº meses com acompanhamento)}} \times 100$ $(*) \frac{\text{Nº de gestantes acompanhadas no mês}}{\text{Total de gestantes existentes no mês}} \times 100$	$96,4\%+82,5\%+85,1\%+74,3\%+92,1\%+95,5\%+65,2\%+96,6\%+90,4\%+94,4\%+92,6\%+90,6\%/12=88\%$	Eficácia	Sisvan	Consolidação das informações do Sisvan	Desai Suest Dsei	85%
Nº de pessoas infectadas por malária na população indígena	Demonstrar o nº de pessoas infectadas por malária na população indígena	Nº de pessoas infectadas	Investigar, diagnosticar e tratar 100% dos casos confirmados de malária=38 casos	Eficácia	Sivep - Malária	Consulta a relatório do sistema	Desai Suest Dsei	40 casos=100%
Incidência de tuberculose pulmonar BK+ na população indígena	Estimar o risco de um indivíduo vir a desenvolver Tuberculose BK+	$\frac{\text{Nº de casos de TB BK + confirmados}}{\text{População Total no período}} \times 100.000$	13/13150x100	Eficácia	Siasi	Consolidação das informações do Siasi	Desai Suest Dsei	-
Coefficiente de mortalidade infantil na	Estimar o risco de morte dos nascidos vivos	$\frac{\text{Nº de óbitos de crianças < 1 ano}}{\text{Nº de nascidos vivos no período}} \times 1.000$	10/235x1000 nv	Eficácia	Siasi	Consolidação das informações	Desai Suest Dsei	39,96 p/1000nv

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009
população indígena	no 1º ano de vida					do Siasi		

Indicadores de saneamento ambiental

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado do 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*) Acumulado - 2007 à 2009. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^{\circ} \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	20%	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Suest			20%
Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (*) Acumulado - 2007 a 2009. (Parâmetro de	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^{\circ} \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	20%	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de	Densp Depin Suest			20%

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
verificação: Portaria 544)						acompanhamento (Diesp e Sensp)				
Percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantado com recursos do PAC (*) (*) Acumulado – 2007 a 2009 OBS.:Será por Core – definido em reunião com técnicos do Densp em 08.10.09	Medir o percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantados com recursos do PAC	$\frac{\text{Nº de aldeias com SAA(*)}}{\text{Total de aldeias previstas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	117/121*100=96,69%	Eficácia	Planilha de acompanhamento de obras. Visita de acompanhamento de obras	Planilha Acompanhamento de obras (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP Suest	33	34	35
Percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos	Aferir o percentual de aldeias com tratamento de água	$\frac{\text{Nº de aldeias com SAA com tratamento de água implantado}}{\text{Total de aldeias com SAA implantado com recursos do PAC}} \times 100$	35/35*100=100%	Eficácia	Planilha de acompanhamento em excel	Planilha de Acompanhamento (Densp) E visita de	DENSP	35	35	35

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
do PAC (*) (*Acumulado – 2007 a 2009)	implantado com recursos do PAC				visita de acompanhamento de obras	acompanhamento de obras (Diesp)	Suest			
Percentual de sistemas de Abastecimento de água, em aldeias, com monitoramento da qualidade da água para consumo humano *	Medir o percentual de sistemas de abastecimento de água monitorado	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de sistemas de abastecimento de água em área indígena monitorado}}{\text{Total de sistemas de abastecimento de água em área indígena com tratamento}} \times 100$		Eficácia	Planilha de acompanhamento de programação de acompanhamento	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp)	DENSP Suest	35	35	35
Percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado com recursos do PAC(*Acumulado– 2007 a 2009	Verificar o percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado (*)}}{\text{total de comunidades remanescentes de quilombo programadas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	0,4/1*100=40%	Eficácia	Relatório Consolidado de atividades (Densp) Planilha de acompanhamento (Diesp)/Sensp) Programação do PAC	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp/Sensp)	DENSP Suest	01	01 Obra em andamento	01 Obra em andamento
Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC (RA ajustado)	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de domicílios com MSD implantado (*)}}{\text{N}^{\circ} \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	20%	Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema	DENSP/Suest			20%

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado do 2009	Meta 2010	Resultado 2010
(*) Acumulado – 2007 a 2009						Programação do PAC				

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Referências: Nota Técnica do Tesouro Nacional 2.309/2007.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro 3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas: Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI.					

Fonte:

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Referências:

- Lei nº 4320/64
- Lei nº 12.017/ 2009 (LDO 2010)
- Decreto nº 93.972/86
- Decreto nº 6.708/2008
-

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro 4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Exercício 2009

		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
UG Executora		Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
255016	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - PR	3.993.078,57	1.544.861,49	2.151.726,70	296.490,38	-	-	-	-

Exercício 2010

		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
UG Executora		Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
255016	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - PR	1.599.243,88	112.904,63	1.108.882,25	377.457,00	27.600,69	-	27.600,69	-

4.2 Análise Crítica

De forma geral os empenhos que restaram à pagar são oriundos de execução de obras que não puderam ser concluídas no exercício e os respectivos pagamentos deverão ser efetivados com a evolução das obras, dentro de uma orientação do Superintendente para a agilização dos procedimentos de acompanhamento pela área técnica.

Não foram considerados como relevantes os restos a pagar do exercício anterior, sem causar impacto direto nas execuções do ano de 2010. A ocorrência de restos a pagar por mais de um exercício se define exclusivamente pelas dificuldades operacionais das obras em aldeias, não havendo vigência sem prorrogação.

A utilização de restos a pagar permitiu a continuidade das obras necessárias nas aldeias e não existem pontos negativos que prejudiquem a gestão financeira da Unidade.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro 5.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos-Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo		135	06	03
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira		132	06	03
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		128	06	02
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		03		01
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório		01		
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários		01		
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença		02	01	
1.4.1 Cedidos				
1.4.2 Removidos		01		
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada		01	01	
2 Provimento de cargo em comissão		01		
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior		01		
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo		01		
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total		136	06	03

Quadro 5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	11	11	57	87	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	01	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	01	01	02	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	01	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-

Fonte:

Quadro 5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	01	11	58	57	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	01	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	04	03	-	28	18	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					01				
2.3. Funções gratificadas									

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro 5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	210	13
1.2 Compulsório	02	-
1.3 Invalidez Permanente	40	01
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	62	-
2.2 Compulsório	07	-
2.3 Invalidez Permanente	29	02
2.4 Outras	-	-

Quadro 5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	254	14
2. Proporcional	-	-

Fonte:

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
Área Fim	05	05	03	02	17.478,63
Área Meio	09	09	10	10	69.009,68
Nível Médio					

Área Fim	-	-	-	-	-
Área Meio	24	26	25	25	92.997,07

Fonte:

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

Quadro 5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	4.825.421,94	78.552,07	2.111.450,16	1.510.688,33	622.278,52	385.699,32	-	9.534.090,34
2009	12.664.549,18	54.132,32	2.332.050,45	3.817.689,19	400.396,77	612.428,17	-	19.881.246,08
2010	10.973.954,60	25.786,30	980.965,06	1.830.859,65	275.343,28	697.035,38	-	14.783.944,27
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	52.513,67	-	-	-	-	-	-	52.413,67
2010	73.560,00	-	-	-	-	-	-	73.560,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	237.595,84	-	-	-	-	237.595,84
2009	-	-	84.153,17	-	-	-	-	84.153,17
2010	-	-	103.232,65	-	-	-	-	103.232,65
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	-	-	57.348,25	-	-	-	-	57.348,25
2009	-	-	71.318,64	-	-	-	-	71.318,64

2010	-	-	73.469,86	-	-	-	-	73.469,86
------	---	---	-----------	---	---	---	---	-----------

Fonte:

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

QUADRO 5.8 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

UNIDADE CONTRATANTE													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARANÁ (FUNASA/SUEST/PR)													
UG/Gestão: 255016 / 36211							CNPJ: 26.989.350/0023-021						
INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2005	V	O	CT - 26/2005 Pregão 15/2005	Auxiliar de Segurança (CNPJ 76.764.448/0001- 43)	25/11/2005	24/11/2010	-	-	-	03	-	-	E
2008	V	O	CT - 18/2008 Pregão 15/2008	Equipseg (CNPJ 09.039.434/0001-70)	23/09/2008	22/09/2010	-	-	-	04	-	-	E
2009	L	E	CT – 19/2009 D.L. 20/2009	Stacco - Sede (CNPJ 06.993.808/0001-01)	10/07/2009	05/01/2010	-	12	-	-	-	-	E
2010	L	O	CT – 04/2010 Pregão 01/2010	Habitual – Ctba (CNPJ 07.592.889/0001-92)	17/02/2010	16/02/2011	-	09	-	07	-	-	A
2010	L	O	CT – 05/2010 Pregão 01/2010	Stacco- Londrina (CNPJ 06.993.808/0001-01)	17/02/2010	16/02/2011	-	02	-	-	-	-	A
2010	L	O	CT – 06/2010 Pregão 01/2010	Stacco – Guarapuava (CNPJ 06.993.808/0001-01)	17/02/2010	16/02/2011	-	01	-	-	-	-	A
2010	L	O	CT – 07/2010 Pregão 01/2010	Orbenk – Paranaguá (CNPJ 79.283.065/0003-03)	10/03/2010	09/03/2011	-	01	-	-	-	-	A
2010	V	O	CT – 21/2010 Pregão 19/2010	Prossiga – Sede e SOTRA (CNPJ 06.297.793/0001-39)	25/11/2010	24/11/2011	-	-	-	09	-	-	A
2010	V	O	CT – 22/2010 Pregão 19/2010	Emparseg – Paran. e Guarap (CNPJ 08.511.830/0001-95)	25/11/2010	24/11/2011	-	-	-	08	-	-	A
2010	V	O	CT – 23/2010 Pregão 19/2010	Prossiga – CASAI (CNPJ 06.297.793/0001-39)	25/11/2010	24/11/2011	-	-	-	04	-	-	A

2010	V	O	CT – 24/2010 Pregão 19/2010	Prossiga – Londrina (CNPJ 06.297.793/0001-39)	19/11/2010	18/11/2011	-	-	-	04	-	-	A
------	---	---	--------------------------------	--	------------	------------	---	---	---	----	---	---	---

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro 5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

UNIDADE CONTRATANTE													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARANÁ (FUNASA/SUEST/PR)													
UG/Gestão: 255016 / 36211							CNPJ: 26.989.350/0023-021						
INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	01	O	CT – 03/2007 Pregão 55/2006	Venturini Consultoria (CNPJ 08.284.452/0001-54)	10/01/2009	09/01/2010	-	-	-	10	-	-	E
2008	04	O	CT – 14/2008 Pregão 07/2008	Adriana Minaif - CASAI (CNPJ 01.720.856/0001-02)	21/07/2008	20/07/2010	-	03	-	-	-	-	E
2008	01	O	CT – 20/2008 Pregão 37/2008	Dalter Barbosa – lote 01 (CNPJ 10.260.682/0001-25)	18/05/2008	17/11/2010	-	-	-	10	-	-	E
2008	01	O	CT – 22/2008 Pregão 37/2008	Intersept – lote 03 (CNPJ 03.360.551/0001-54)	18/11/2008	17/11/2010	-	-	-	03	-	-	E
2008	01	O	CT – 23/2008 Pregão 37/2008	Intersept – lote 04 (CNPJ 03.360.551/0001-54)	18/11/2008	17/11/2010	-	-	-	01	-	-	E
2008	01	O	CT – 24/2008 Pregão 37/2008	Intersept – lote 05 (CNPJ 03.360.551/0001-54)	18/11/2008	17/11/2010	-	-	-	06	-	-	E
2008	01	O	CT – 25/2008 Pregão 37/2008	Intersept – lote 06 (CNPJ 03.360.551/0001-54)	18/11/2008	17/11/2010	-	-	-	02	-	-	E

2008	01	O	CT – 26/2008 Pregão 37/2008	EFP – lote 07 (CNPJ 81.167.991/0001-01)	18/11/2008	17/11/2010	-	-	-	36	-	-	E
2010	04	O	CT – 03/2010 Pregão 01/2010	Habitual – Ctba Copeirag. (CNPJ 07.592.889/0001-92)	17/02/2010	16/02/2011	-	-	-	02	-	-	A
2010	04	O	CT – 18/2010 Pregão 14/2010	Ozzi – CASAI (CNPJ 03.118.192/0001-23)	02/09/2010	01/09/2011	-	03	-	-	-	-	A
2010	05	O	CT – 25/2010 Pregão 24/2010	Madactel - Guarapuava (CNPJ 81.461.592/0001-40)	29/11/2010	28/11/2011	-	-	-	01	-	-	A
2010	05	O	CT – 26/2010 Pregão 24/2010	MAG – Curitiba (CNPJ 04.251.251/0001-08)	26/11/2010	25/11/2011	-	-	-	01	-	-	A
2010	05	O	CT – 27/2010 Pregão 24/2010	EX3 - Paranaguá (CNPJ 05.343.741/0001-99)	23/11/2010	22/11/2011	-	-	-	01	-	-	A

Observação:

QUADRO 5.10 – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
Contrato nº 26/2005 – Pregão 15/2008 – Auxiliar	10	03	255016
Contrato nº 03/2007 – Pregão 55/2006 – Venturini	02	10	255016
Contrato nº 18/2008 – Pregão 15/2008 – Equipseg	10	04	255016
Contrato nº 14/2008 – Pregão 07/2008 – Adriana	05	03	255016
Contrato nº 20/2008 – Pregão 37/2008 – Dalter	02	10	255016
Contrato nº 22/2008 – Pregão 37/2008 – Intersept	02	03	255016
Contrato nº 23/2008 – Pregão 37/2008 – Intersept	02	01	255016
Contrato nº 24/2008 – Pregão 37/2008 – Intersept	02	06	255016
Contrato nº 25/2008 – Pregão 37/2008 – Intersept	02	02	255016
Contrato nº 26/2008 – Pregão 37/2008 – EFP	02	36	255016
Contrato nº 19/2009 – D. L. 20/2009 – Stacco	09	12	255016
Contrato nº 03/2010 – Pregão 01/2010 – Habitual (copeir)	05	02	255016
Contrato nº 04/2010 – Pregão 01/2010 – Habitual (limpe)	09	16	255016

Contrato nº 05/2010 – Pregão 01/2010 – Stacco	09	02	255016
Contrato nº 06/2010 – Pregão 01/2010 – Stacco	09	01	255016
Contrato nº 07/2010 – Pregão 01/2010 - Orbenk	09	01	255016
Contrato nº 18/2010 – Pregão 14/2010 – Ozzi	05	03	255016
Contrato nº 21/2010 – Pregão 19/2010 – Prossiga	10	09	255016
Contrato nº 22/2010 – Pregão 19/2010 – Emparseg	10	08	255016
Contrato nº 23/2010 – Pregão 19/2010 – Prossiga	10	04	255016
Contrato nº 24/2010 – Pregão 19/2010 – Prossiga	10	04	255016
Contrato nº 25/2010 – Pregão 24/2010 – Madactel	06	01	255016
Contrato nº 26/2010 – Pregão 24/2010 – MAG	06	01	255016
Contrato nº 27/2010 – Pregão 24/2010 – EX3	06	01	255016

LEGENDA

1. Área;
2. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
3. Tecnologia da Informação
4. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
5. Serviços de Copa e Cozinha;
6. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
7. Serviços de Brigada de Incêndio;
8. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
9. Higiene e Limpeza;
10. Vigilância Ostensiva;
11. Outras.

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Suest não utiliza Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

6.1. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

A Suest não faz transferência a outros Órgãos ou Unidades

6.2 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

A Suest não faz transferência a outros Órgãos ou Unidades

6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

A Suest não faz transferência a outros Órgãos ou Unidades

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

6.4. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome: FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE					
CNPJ: 26989350/0023-21			UG/GESTÃO: SECON/SUEST/PR		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		18	X
		Montante Repassado		3.197.567,84	X
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	52	X
			Montante Repassado (R\$)	7.920.347,03	X
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	X
		Montante Repassado (R\$)	95.998,80	X	
2009	Contas prestadas	Quantidade	24	X	
		Montante Repassado (R\$)	3.020.674,04	X	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	06	X	
		Montante Repassado (R\$)	4.896.948,10	X	
2008	Contas prestadas	Quantidade	03	X	
		Montante Repassado (R\$)	391.540,00	X	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	X	
		Montante Repassado (R\$)	200.000,00	X	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	X	X	
		Montante Repassado (R\$)	x	X	

Fonte: Secon/Suest

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

6.5. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome: FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	
CNPJ: 26989350/0023-21	UG/GESTÃO: SECON/SUEST/PR

Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Quantidade de contas prestadas		104	X	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	X	X	
		Montante repassado (R\$)	X	X	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	25	X
			Quantidade Reprovada	1	X
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE	1	X
			Quantidade	79	X
	Montante repassado (R\$)	18.346.942,10	X		
2009	Quantidade de contas prestadas		50	X	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	15	X	
		Quantidade Reprovada	02	X	
		Quantidade de TCE	02	X	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	33	X	
Montante repassado (R\$)		4.923.632,51	X		
2008	Quantidade de contas prestadas		75	X	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	66	X	
		Quantidade Reprovada	X	X	
		Quantidade de TCE	X	X	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	09	X	
Montante repassado		978.146,45	X		
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	X	X	
		Montante repassado	X	X	

Fonte: Secon/Suest

Análise Crítica

Convênios Inadimplentes

Os convenientes/executores durante o período da análise das prestações de contas são notificados a corrigir, quando é possível, ou devolver os recursos que não foram regularmente aplicados. Esgotadas as tentativas para regularização/devolução os gestores são notificados, desta vez, sobre a inscrição do convênio na conta de inadimplentes, sendo assinalado um prazo de 30 (trinta) dias para regularização da pendência e/ou irregularidade detectada. Vencido esse prazo o processo do convênio é encaminhado ao Superintendente Estadual para instauração de Tomada de Contas Especial.

1 - Situação das Transferências

Comando legal: Decreto 93.872/86, art. 35; Decreto 6752/2010, art. 12, parágrafo 1º, com a redação dada pelo Decreto 6993/2010.

O controle do orçamento para fazer frente ao pagamento das transferências voluntárias e obrigatórias é realizado pela Presidência da Funasa, por meio da Coordenação Geral de Convênios.

2 - Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício 2011

A adoção de medidas para efetivar e conseqüentemente gerir as transferências voluntárias e obrigatórias em 2011 é de competência da Presidência da Funasa.

À Superintendência Estadual, por meio do Serviço de Convênios, compete instruir os processos de acordo com as normas emanadas, especialmente a Portaria nº 623/2010 que dispõe sobre critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros.

3 - Evolução das análises das prestações de contas

Os convênios com liberação total, vigência expirada, na conta “a comprovar” são acompanhados a partir do vencimento do prazo para apresentação da prestação de contas. O controle é feito mediante emissão de notificações aos gestores, e inclusão tempestiva no SIAFI na conta de inadimplentes, tendo apresentado resultados satisfatórios.

No quadro 6.4 verifica-se que o prazo para apresentação das prestações de contas tem sido cumprido pelos gestores, não havendo aumento que justifique a adoção de outros mecanismos diferentes daqueles utilizados atualmente.

Em relação ao prazo para análise das prestações de contas recebidas o procedimento para realizar o controle é feito a partir do recebimento das referidas contas, seguindo, rigorosamente os prazos determinados na IN/STN 01/97 e Portaria Interministerial nº 127/2008.

Conforme demonstrado no quadro 6.5 os prazos para emissão dos pareceres conclusivos não estão sendo cumpridos, pelos seguintes motivos:

- a) Aumento da demanda;
- b) Quadro reduzido de servidores qualificados para realizar as análises das prestações de contas;
- c) Espaço físico e estrutura inadequada para desenvolver as análises e as atividades correlatas à prestação de contas, notadamente no que se refere ao arquivo dos processos e pessoal de apoio;
- d) Ausência de controle por parte das áreas técnicas, especialmente Diesp, sobre os convênios passíveis de emissão de relatório técnico final;
- e) Ausência de mecanismos de controle e de critérios previamente definidos pela Coordenação Geral de Convênios, no que tange à fixação e estabelecimentos de padrões de desempenho e atingimento de objetivos.

4 - Estrutura de Controle para Gerenciamento das Transferências

O Serviço de Convênios está em fase de organização não sendo possível, no momento, definir os meios de controle para gerenciamento das transferências e avaliar a capacidade de fiscalização *in loco* dos convênios e termos de compromissos pactuados.

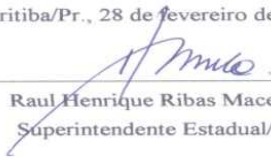
7. REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG E SICONV

7. REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, RAUL HENRIQUE RIBAS MACEDO, CPF. Nº. 456.462.109-25, ocupante do cargo de Superintendente Regional/Pr. desta Fundação Nacional de Saúde, declaro em observância ao item 7 do Anexo II da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, que as informações referentes aos contratos firmados por esta Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº. 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Curitiba/Pr., 28 de fevereiro de 2011.



Raul Henrique Ribas Macedo
Superintendente Estadual/Pr.

8. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

8. DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

DECLARAÇÃO

Eu, RAUL HENRIQUE RIBAS MACEDO, CPF. Nº. 456.462.109-25, ocupante do cargo de Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Paraná, declaro em observância ao Item 8 do Anexo II da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, que foram cumpridas as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas dos servidores lotados nesta UJ.

Brasília, DF, 28 de fevereiro de 2011.



Raul Henrique Ribas Macedo
Superintendente Estadual/Pr.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Quadro 9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Considerações gerais: <i>Observando-se os aspectos aqui mencionados, fica evidenciado que são aplicados instrumentos que possibilitam a UJ obter resultados satisfatórios que contribuem para a confiabilidade das informações, em concordância com às leis e regulamentos que determinam a salvaguarda da eficiência de todas as operações. Entretanto, nota-se, que existe a necessidade do aperfeiçoamento constante de todos os instrumentos aqui citados, procurando o desenvolvimento dos parâmetros envolvidos que possam contribuir na melhoria e desempenho das diversas atividades.</i></p>					

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Quadro 10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua					

destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
<p>Considerações Gerais: Tendo como critério o seguimento das orientações sobre aquisições de bens, produto e serviços que se encaixam dentro da sustentabilidade ambiental, a UJ encontra-se dentro dos padrões do que trata o assunto. Porém, fica evidenciado, que o uso de muitos dos materiais reciclados ou passíveis de reutilização, mesmo com certificados de ISOs, não correspondem exatamente na sua qualidade a eficiência necessária. Observa-se que em determinados casos a utilização de papel reciclado causa danos a alguns equipamentos, ocasionando custos adicionais de reparos/consertos, não favorecendo economicamente o uso destes.</p>					

11. GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1- Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF (PR)	6	6
	município 1 (CURITIBA)	2	2
	município 2 (BARBOSA FERRAZ)	1	1
	município 3 (PRANCHITA)	1	1
	município 4 (CAMBIRA)	1	1
	município 5 (MARINGÁ)	1	1
Subtotal Brasil		6	6
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		6	6

Quadro 11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF (PR)	1	1
	município 1 (GUARAPUAVA)	1	1
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"		
	município 1		
	município 2		
	Município "n"		
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Quadro 11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
255016	7447.00005.500-0	5	3	10.000,00				
255016 *	7473.00002.500-2	11	3	150.000,00				
255016	7535.00314.500-2	21	3	498.525,99				
255016	7535.00342.500-5	21	3	1.161.739,35				
255016	7991.00001.500-7	5	3	51.500,00				
255016 **	-	5	3	-				
Total								

Fonte:

Análise Crítica

* Efetuada reversão da doação do imóvel (terreno) pertencente a FUNASA/PR em favor do município de Cambirá/PR (Termo de Doação n.º 001/2010). Estamos providenciando a baixa nos Sistemas SPIUNET e SIAFI.

** Imóvel (terreno) doado para a FUNASA/PR pelo município de Maringá/PR. Estamos providenciando os devidos registros nos SISTEMAS SPIUNET e SIAFI. Efetuada cessão de uso para o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental/PR para construção do Centro de Referência em Saneamento Ambiental (Termo de Cessão de Uso n.º 001/2010).

12. GESTÃO DE TI.

A Suest não tem uma estrutura formal de Tecnologia da Informação. Esta responsabilidade é da competência da Presidência da Funasa.

13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO

Entidade		Sq Cartão Pagto Gov Federal	Fatura - Cartão Pagto Gov. Fed
000000000000191	000000000000191	BANCO DO BRASIL SA	10.737,83
13914693215	13914693215	MAIRA SALETE GEMELLI	1.400,00
19186932934	19186932934	APARECIDO DA SILVA	270,00
30220009953	30220009953	RUTE MARA KOSAK TRAYDE	1.904,00
30735840482	30735840482	ROSEANE BATISTA DA CUNHA	804,70
35768053972	35768053972	CARLOS ALBERTO DOS SANTOS	343,12
39795969900	39795969900	EMILIO GONCALVES DOS SANTOS	982,60
43772935915	43772935915	ADALBERTO GONCALVES DE PINHO	720,00
45594899987	45594899987	JOAO LUIS DE SOUZA	200,00
51023466953	51023466953	SERGIO DANIEL	729,37
53403002934	53403002934	EDSON ANTONIO DA SILVA	965,00
53587723915	53587723915	MIRCA MORVA LONGONI	867,00
61652644920	61652644920	IRINEU FELIPE DE SOUZA SOBRINHO	465,00
72952091900	72952091900	HONILSON DE SOUZA	900,00
Total		7.863,49	21.615,98

14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

A Suest não executa renúncia tributária, pois a gestão orçamentária e financeira é de responsabilidade da Presidência da Funasa.

15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro 15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	2207
Deliberações do TCU	
Deliberações expedidas pelo TCU	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 024.022/2010-1	6111/2010 - TCU – 2ª CÂMARA	1.5.1 e 1.5.2	DE	Comunicação Processual 24941-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde / Superintendência Estadual do Paraná					2207
Descrição da Deliberação:					
1.5.1 – Providenciar o encaminhamento, por intermédio do sistema Sisac, de novo ato de concessão para a interessada, corrigindo as divergências existentes;					
1.5.2 – Observar o correto preenchimento dos formulários de concessão no sistema Sisac.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SEREH / SOCAD					534
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado Ofício nº 1928/SUEST/PR, de 22/12/2010, esclarecendo a somatória do tempo de serviço informado no formulário de concessão do sistema Sisac.					
Síntese dos resultados obtidos					
Aguardando novo julgamento do TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve providências a serem adotadas , apenas foi esclarecido a somatória do tempo de serviço concedido à servidora.					

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro 15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não houve encaminhamento de relatórios de recomendações no período

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro 15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
224.407	224.407	3.1.2.2	Ofício nº 26.463/2010/CGU-Regional/PR/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUEST/PR			2207
Descrição da Recomendação:			
Sugerimos que a FUNASA/CORE-PR solicite da conveniada Reimer (e futuramente da nova conveniada Rondon) controles mais eficientes do processo de aquisição e distribuição das cestas básicas. Controles estes que devem incluir: nota fiscal com informações quantitativas e qualitativas das cestas adquiridas; formalização e autorização da remessa (com informações quantitativas e qualitativas) para um determinado destino; data da remessa; meio de transporte; data do recebimento; formalização e confirmação do recebimento (conforme informações quantitativas e qualitativas dos produtos recebidos); entre outras informações.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Disei/Pr			557
Síntese da providência adotada:			

O convênio com a Reimer encerrou-se em 27/04/2009
Síntese dos resultados obtidos
Nenhum resultado foi obtido em função do encerramento do convênio
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram e/ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
No convênio com a empresa Randon do Brasil não está previsto a aquisição e distribuição de cestas básicas.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
224.407	224.407	6.2.1.1	Ofício nº 26.463/2010/CGU-Regional/PR/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUEST/PR			2207
Descrição da Recomendação:			
Um procedimento disciplinar somente se inicia com a identificação de um indício de irregularidade, ou seja, deve primeiro ser identificado uma infração ou um dano ao erário para buscar a responsabilização e/ou a reparação. Constitui uma das habilidades esperadas do gestor a eficiência, a economicidade e o bom senso. É sabido que o PAD é oneroso, além dos custos diretos com diárias e passagens, temos a alocação do servidor que irá compor a comissão (que deixará de executar as suas atividades rotineiras). Logo, é exigida do gestor muita cautela na instauração da comissão. Assim sendo, sugere-se a instauração de PADs somente com a existência de elementos concretos que comprovem a infração.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Direh/Pr			535
Síntese da providência adotada:			
Atualização de conhecimento para 2 servidores que atuam na análise; Capacitação e reciclagem de 10 servidores da Suest/Pr.; Maior atenção na instalação de PADs			
Síntese dos resultados obtidos			
Redução significativa dos custos com pagamento de diárias para o deslocamento das comissões e na instauração de processos administrativos disciplinares e de sindicâncias			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram e/ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houveram aspectos positivos ou negativos que influenciassem as medidas adotadas e implantadas			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
224.407	224.407	6.2.1.2	Ofício nº 26.463/2010/CGU-Regional/PR/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUEST/PR		2207
Descrição da Recomendação:		
Sugerimos que a comissão atue de forma eficiente, buscando informações úteis e conclusivas para o assunto em apuração. Constitui uma obrigatoriedade de todo o servidor público, não somente do gestor, zelar pela eficiência e a economicidade dos atos administrativos.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Direh/Pr		535
Síntese da providência adotada:		
Implantação de controles sobre estas atividades, envolvendo as Divisões de Administração e Recursos Humanos, bem como a Procuradoria Federal da FUNASA e Coordenador Regional, quer seja no acompanhamento dos trabalhos das Comissões, bem como no exame prévio das denúncias de forma mais técnica e objetiva		
Síntese dos resultados obtidos		
O desenvolvimento dos trabalhos após implantação tem melhorado significativamente		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram e/ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Não houveram aspectos positivos ou negativos que influenciasssem as medidas adotadas e implantadas		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
224.407	224.407	6.2.1.3	Ofício nº 26.463/2010/CGU-Regional/PR/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUEST/PR			2207
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos que a Entidade implante controles internos com a finalidade de evitar a ocorrência de uso de recursos orçamentários em atividades incompatíveis com programas/ações previstos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Saeofi			545
Síntese da providência adotada:			
Será utilizado o PLAMSUS - Sistema de Planejamento, Orçamento e Monitoramento das Ações do SUS. Este Sistema permite o monitoramento das ações do Plano Plurianual - PPA e a elaboração do orçamento e seu monitoramento de forma vinculada			
Síntese dos resultados obtidos			
Não houveram inconsistências após a implantação			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram e/ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
As providências adotadas foram implantadas de forma positiva melhorando a consistência nos procedimentos			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	2207
Recomendações do OCI	

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
244.113	244.113	5.1.2.1	Ofício nº 26.463/2010/CGU-Regional/PR/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUEST/PR			2207
Descrição da Recomendação:			
<p>“A principal causa da deficiência de controle nos contratos de abastecimento e uso de veículos consiste na falta de cuidado/zelo dos usuários em preencher os instrumentos de controle, principalmente o BDT, e em encaminhar tempestivamente tais documentos para o Setor de Transporte.</p> <p>Por serem contratos de abrangência Estadual, com ramificações em aldeias indígenas, não são possíveis as fiscalizações diretas e permanentes pelos fiscais dos contratos.</p> <p>O papel do fiscal consiste, principalmente, em analisar gerencialmente os contratos, tendo como base as informações geradas pelos usuários dos serviços, como os BDTs, as planilhas de abastecimentos emitidas pela empresa Ticket S/A, recibos e notas fiscais de abastecimento, etc.</p> <p>O fiscal deve agir de forma ativa, requisitando aos usuários e aos setores, as informações necessárias para a consecução dos seus objetivos. Os gestores da CORE-PR devem apoiar as ações do fiscal, determinando de ofício à implantação dos mecanismos de controle adequados e notificando setores/usuários que estejam em pendência com a prestação de informações.”</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Saloc/Sotra			551
Síntese da providência adotada:			
Foram nomeados fiscais por área para facilitar o gerenciamento e controle do sistema, realizadas reciclagem e implantação de controles eficientes			
Síntese dos resultados obtidos			
Houve melhora considerável nos procedimentos utilizados			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram e/ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A ausência de estrutura adequada e número insuficiente de servidores dificultaram o desenvolvimento eficiente das atividades			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
244.113	244.113	5.1.2.2	Ofício nº 26.463/2010/CGU-Regional/PR/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUEST/PR			2207
Descrição da Recomendação:			
<p>A principal causa da deficiência de controle nos contratos de abastecimento e uso de veículos consiste na falta de cuidado/zelo dos usuários em preencher os instrumentos de controle, principalmente o BDT, e em encaminhar tempestivamente tais documentos para o Setor de Transporte.</p> <p>Por serem contratos de abrangência Estadual, com ramificações em aldeias indígenas, não são possíveis as fiscalizações diretas e permanentes pelos fiscais dos contratos.</p> <p>O papel do fiscal consiste, principalmente, em analisar gerencialmente os contratos, tendo como base as informações geradas pelos usuários dos serviços, como os BDTs, as planilhas de abastecimentos emitidas pela empresa Ticket S/A, recibos e notas fiscais de abastecimento, etc.</p> <p>O fiscal deve agir de forma ativa, requisitando aos usuários e aos setores, as informações necessárias para a</p>			

consecução dos seus objetivos. Os gestores da CORE-PR devem apoiar as ações do fiscal, determinando de ofício à implantação dos mecanismos de controle adequados e notificando setores/usuários que estejam em pendência com a prestação de informações.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Saloc/Sotra	551
Síntese da providência adotada:	
Em relação aos motoristas indígenas, já foram realizadas alterações legais junto aos contratos existentes (e também no Pregão que está sendo elaborado) no sentido de constar como requisito para contratação a habilitação em categoria profissional, qual seja, carteira D. Foi elaborado expediente a todos os Pólos Bases e lideranças a fim de informar mais uma vez sobre a necessidade de preenchimento e envio dos BDT's por parte dos condutores dos veículos, sob pena de retirada do veículo das aldeias até que a situação se regularize.	
Síntese dos resultados obtidos	
Pelas características dos serviços as medidas adotadas satisfazem as necessidades	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram e/ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Apesar das medidas adotada serem firmes, muitas aldeias indígenas só dispõem de 01 veículo para atender as necessidades	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
244.113	244.113	5.1.2.3	Ofício nº 26.463/2010/CGU-Regional/PR/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUEST/PR			2207
Descrição da Recomendação:			
Além do aprimoramento do processo de execução do serviço de manutenção, é necessário implantar instrumentos gerenciais para controlar e acompanhar os custos de manutenção dos veículos, com a finalidade de identificar aqueles veículos com custos elevados de manutenção, indicando necessidade de substituição ou mau uso.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Saloc/Sotra			551
Síntese da providência adotada:			
Foi implementado nova rotina para o encaminhamento de veículos para manutenção nas oficinas contratadas.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não ocorreram mais problemas neste sentido			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram e/ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houveram aspectos negativos. Com as devidas orientações as providências adotadas facilitaram os controles implantados.			

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

5.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
224.407	224.407	4.1.1.2	Ofício nº 26.463/2010/CGU-Regional/PR/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUEST/PR			2207
Descrição da Recomendação:			
Sugerimos a instauração de processo disciplinar em função da ocorrência da infração prevista no inciso VI, art. 117 da Lei nº 8.112/90 e o ressarcimento ao erário do montante de R\$ 44.854,75, referente ao pagamento de diárias sem respaldo legal.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diesp			553
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O responsável pela Diesp na ocasião não está mais vinculado a Funasa.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A adoção de providências ficou prejudica face a exoneração do responsável pela área na ocasião, pois o mesmo não pertencia ao quadro de pessoal permanente.			

17. INFORMAÇÕES SOBRE COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, em conformidade com o Anexo II da DN 107 – TCU, Parte A – Conteúdo Geral – Quadro A1 – item C

18. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS PARTIDÁRIOS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, em conformidade com o Anexo II da DN 107 – TCU, Parte A – Conteúdo Geral – Quadro A1 – item C

19. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAIS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, em conformidade com o Anexo II da DN 107 – TCU, Parte A – Conteúdo Geral – Quadro A1 – item C

20. INDICADORES DE EMPENHO DO IFES

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, em conformidade com o Anexo II da DN 107 – TCU, Parte A – Conteúdo Geral – Quadro A1 – item C

21. ANÁLISE DE SITUAÇÃO FINANCEIRA

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, em conformidade com o Anexo II da DN 107 – TCU, Parte A – Conteúdo Geral – Quadro A1 – item C

22. REMUNERAÇÃO PARA ADMINISTRADORES DE EMPRESAS PÚBLICAS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, em conformidade com o Anexo II da DN 107 – TCU, Parte A – Conteúdo Geral – Quadro A1 – item C

23. CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, em conformidade com o Anexo II da DN 107 – TCU, Parte A – Conteúdo Geral – Quadro A1 – item C

24. INFORMAÇÕES A RESPEITO DA DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, em conformidade com o Anexo II da DN 107 – TCU, Parte A – Conteúdo Geral – Quadro A1 – item C

FUNASA



Fundação
Nacional
de Saúde

Ministério da
Saúde

G O V E R N O F E D E R A L



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA